



PESSOAS e LUGARES

**Contributo do LEADER
no combate
ao desemprego**

Comissão Interministerial
de Criação de Emprego
e Formação Jovem

p.3

**TAGUS
e PINHAL MAIOR
no SISAB 2012**

Produtos de qualidade
procuram afirmação
internacional

p.4



Formação e competências em meio rural

Rota da Cortiça

Mais do que um percurso, uma história

p.22-23

Novas orientações para a qualificação

Entrevista com Gonçalo Xufre
Silva, presidente da Agência
Nacional para a Qualificação
e o Ensino Profissional

p.12-15

Formação e competências nos territórios rurais

As mudanças são tão rápidas e às vezes tão profundas na sociedade atual, que qualquer ser humano tem hoje uma dificuldade assinalável de ajustar o seu percurso pessoal de formação e de aquisição de competências à evolução das necessidades do mercado de trabalho. Estas necessidades variam muito em termos da quantidade de recursos humanos como variam, também, bastante ao nível da tipologia de competências exigidas.

Nas sociedades mais desenvolvidas, a evolução tecnológica e a pressão para se atingirem elevados níveis de competitividade nas organizações, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, produzem grandes desajustamentos nos recursos humanos existentes, acabando por provocar cada vez mais desemprego e gerando processos de exclusão, com consequências devastadoras na vida das pessoas e que arrastam situações sociais de grande tensão. De facto, possuir qualificação escolar e profissional, mesmo que em níveis avançados, não nos garante o acesso ao mercado de trabalho e muito menos a um “emprego para a vida”. O paradigma e o conceito de trabalho assim como os modelos de vida que lhe estão associados encontram-se numa profunda mutação.

A evolução da sociedade perspetiva uma modernização das organizações assente cada vez menos na quantidade de recursos humanos mas centrada, cada vez mais, em mão-de-obra mais qualificada. Estamos perante uma equação complexa: precisamos de menos pessoas no mercado de trabalho mas precisamos de pessoas mais bem qualificadas em áreas muito diferenciadas que evoluem muito em curtos períodos de tempo.

Esta realidade implica um olhar diferente para a questão da educação e da formação. As soluções a trabalhar, neste contexto, têm que lidar com estas incertezas, com estas evoluções ou involuções e serem capazes de ir mais longe. Em Portugal, a realidade é especialmente delicada por se caracterizar ainda por um elevado número de adultos cujo défice de qualificação escolar e profissional é significativo, isto numa fase em que as exigências de crescimento económico requerem uma preparação dos recursos humanos muito distante da que se verifica.

Quando abordamos a questão em meio rural, a gravidade desta realidade agudiza-se: os níveis de qualificação escolar e profissional

da população em idade ativa são, em média, mais baixos do que nos grandes centros urbanos (particularmente grave na população agrícola), as estruturas com competências e recursos disponíveis nestas áreas são, também, muito mais diminutos.

Em termos nacionais, a política pública de educação e formação deve realizar-se num quadro geral de capacitação dos indivíduos, gerando competências individuais que permitam uma melhor compreensão das dinâmicas socioeconómicas e a participação dos cidadãos na construção dos modelos de desenvolvimento.

Os modelos de formação terão de ser mais flexíveis e ajustáveis à evolução da sociedade e às variáveis que diferenciam os cidadãos (idade, género, qualificação escolar e profissional, local de residência, projeto de vida, etc.). Queremos cidadãos mais capacitados para que possam tomar as decisões mais adequadas ao seu percurso individual e à construção de uma sociedade com melhores níveis de desenvolvimento. Para além disso, a eficácia da política pública da educação e da formação requer, no que respeita aos espaços rurais, uma abordagem territorial que permita responder às especificidades e características particulares destes territórios, rentabilizando-as ao máximo do seu potencial.

Uma relação mais direta e com maior proximidade às necessidades de cada indivíduo, que permita potenciar ao máximo as suas capacidades e que atenuar, simultaneamente, as dificuldades de acesso aos serviços de formação e qualificação constitui um outro aspeto fundamental na defesa da abordagem territorial destas políticas públicas.

Ou seja, precisamos de um modelo que permita, por exemplo, aos agricultores obter formação técnica específica. Mas precisamos de muito mais. Necessitamos que esses agricultores estejam atentos ao mundo que os envolve e que sejam capazes de perceber as suas necessidades de novas aprendizagens e que exista um sistema que as proporcione localmente e em tempo oportuno.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 05 . março 2012 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRÓDER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Luís Alcoforado, Rui Bettencourt, Carla Dias, Filomena Machado

Fotografias

Associação Rota da Cortiça, ADAE, ADELIAÇOR, ADERES, ADER-SOUSA, ADRACES, ARDE, ATBG, Atelier Viana Cabral, BEIRA DA SERRA, DUECEIRA, Município de Ansião, ROTA DO GUADIANA, Rouxinol de Pomares, TAGUS

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



Comissão Interministerial de Criação de Emprego e Formação Jovem

Abordagem LEADER poderá contribuir para diminuir o desemprego

No final de 2011, um em cada três jovens portugueses encontrava-se desempregado. Tratam-se de valores históricos, que levaram o Governo a criar uma Comissão Interministerial Comissão Interministerial de Criação de Emprego e Formação Jovem que será coordenada pelo Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, e será constituída por 12 Secretários de Estado.

Esta equipa tem como missão estudar medidas para combater o desemprego jovem, que é atualmente o terceiro mais alto da União Europeia, a seguir à Grécia e a Espanha. Trata-se, aliás, de uma preocupação partilhada em toda a Europa. A própria Comissão Europeia enviou equipas de especialistas aos oito países cuja taxa de desemprego jovem é superior à média comunitária, para discutir soluções para o problema. O presidente da Comissão,

Durão Barroso, pretende obter resultados preliminares já em março e ter progressos concretos de combate ao desemprego em abril.

Bruxelas apresenta como exemplos de medidas de curta duração a promoção de estágios profissionais em áreas relevantes para o mercado de trabalho, o apoio ao autoemprego, o desenvolvimento de estratégias para reduzir o abandono escolar precoce ou a reforma da legislação laboral.

A Presidente da Federação MINHA TERRA, Regina Lopes, chama a atenção para o facto de, nestas matérias, a Comissão Interministerial poder aproveitar os bons exemplos que têm provas dadas e são adaptados à realidade nacional.

Nesse sentido, esclarece que “as Associações de Desenvolvimento Local devem fazer parte da equação que venha a ser concebida pela Comissão

Interministerial, pois as ADL têm uma proximidade muito grande com os empreendedores, em apoiar e alavancar o investimento, colocando-se a montante e a jusante do investimento, com ações de animação no território que abordam as questões do empreendedorismo, da internacionalização e da exportação. E fazem-no com muito bons resultados.”

“Quando falamos de micro e pequenas empresas”, acrescenta, “a questão do território em que se inserem é muito importante. Não é indiferente o local onde se situam. E a forma como se lida com os problemas dessas empresas tem de ter em conta a realidade desse território. A taxa de sucesso dos empreendedores é muito mais elevada quando dispõem de um apoio de proximidade que conhece e está integrado na realidade local.”

Capoulas Santos reuniu com ELARD

Eurodeputado afirma que o LEADER é um caso de sucesso

A ELARD (European LEADER Association for Rural Development) promoveu um encontro com o eurodeputado português Capoulas Santos, relator do Parlamento Europeu para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC). O objetivo desta reunião, que teve lugar a 31 de janeiro, era salvaguardar a importância central do LEADER no próximo período de programação e apresentar as posições dos Grupos de Ação Local (GAL) que o gerem relativamente à nova regulamentação do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Regional), particularmente no que respeita ao LEADER.

O Presidente da ELARD, Petri Rinne, assinalou as consequências da proposta da Comissão Europeia, que aponta para a diminuição do orçamen-

to total do Pilar II da PAC. Em paralelo com o aumento do número de GAL, explicou, isto resultará numa notável redução do orçamento médio de cada GAL. Capoulas Santos manifestou a sua compreensão acerca das dificuldades que isto poderá acarretar e assegurou que, pese embora o orçamento da União Europeia seja um assunto extremamente complexo, o Parlamento Europeu não aceitará uma redução dos fundos consignados ao FEADER, que na pior das hipóteses terão de manter o valor que tinham no quadro comunitário anterior.

Esta posição, porém, não parece assegurar a manutenção dos níveis de intervenção dos GAL nos territórios rurais, pois a manutenção do orçamento em termos nominais representa uma grande redução em termos reais, por se

ter de descontar a inflação acumulada durante sete anos.

Petri Rinne expressou também a sua preocupação relativamente ao facto de a abordagem multi-fundos que a Comissão Europeia propõe poder vulnerabilizar a aplicação do LEADER, sobretudo associada ao facto de haver ainda muitas dúvidas relativamente ao Quadro Estratégico Comum, que a Comissão defende dever ser realizado para cada território. Para assegurar a boa aplicação do LEADER, o Presidente da ELARD defendeu que este se deve manter sob a alçada da DG AGRI, sugerindo também que o Parlamento Europeu deveria criar um conjunto de orientações que explicitassem o que é e como funciona esse Quadro Estratégico. O eurodeputado manifestou não esperar que o LEADER deixe a DG

AGRI e esclareceu que já está em curso a articulação do Parlamento Europeu com os restantes órgãos comunitários para coordenar as novas políticas.

Capoulas Santos expressou a sua certeza de que o LEADER é um caso de sucesso e manifestou o seu interesse no trabalho da ELARD. No entanto manifestou a preocupação sobre o facto de, nalguns Estados-Membros, uma parte substancial dos fundos LEADER serem direcionados para beneficiários do sector público.

O Presidente da ELARD evidenciou ainda a importância de estreitar as fronteiras entre a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, sob uma perspetiva através da qual os dois campos se complementam, assim como a importância de demonstrar o valor acrescentado do LEADER.



SISAB 2012

TAGUS e PINHAL MAIOR divulgam produtos locais

Os produtos de qualidade dos territórios dos Grupos de Ação Local PINHAL MAIOR e TAGUS estiveram representados na 17.ª edição do Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas (SISAB), realizado em Lisboa, entre 27 e 29 de fevereiro.

A participação teve por objetivo estabelecer novos contactos nos mercados internacionais, principalmente em Angola, China, Brasil, Europa Central e países da América do Norte.

Vinhos, azeites, doces de frutas, enchidos e fumeiro do Pinhal Interior e Ribatejo

Interior procuraram assim expandir ou até mesmo iniciar-se no mercado externo através desta presença naquela que é considerada, atualmente, a maior mostra mundial de empresas, marcas e produtos portugueses para a exportação.

Nos vinhos, apresentaram-se os produtos da Quinta Casal da Coelheira, da Quinta Vale do Armo, de Abrantes e Sardoal, e Alvelus, de Proença-a-Nova.

Os azeites do Ribatejo Interior que marcaram presença foram da Casa Anadia, Ourogal, Sociedade Agrícola Ouro

Vegetal (SAOV) e Zé Bairrão, todos de Abrantes.

Participaram pela primeira vez os produtores de enchidos e fumeiro do Ribatejo Interior e Pinhal Interior: Casel (Sertã), O Fumeiro da Beira (Mação) e Margarido's (Abrantes).

A Quinta de São José foi a ilustre representante dos doces de frutas do Ribatejo Interior no SISAB 2012. A pequena unidade, criada em 2004, que produz uma variedade diversificada de doces e compotas de frutas, de forma tradicional, procurou assim angariar distribuidores para

os seus deliciosos frasquinhos.

A presença dos produtores foi apoiada pelos Grupos de Ação Local (GAL) TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior e PINHAL MAIOR – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER.

Pedro Saraiva, coordenador da TAGUS, faz “uma apreciação bastante positiva da presença” de produtores do seu território no SISAB. “Foram estabelecidos contactos com diversos importadores de outros países, estando os produtores agora a dar sequência a esses contactos”.

Destacando que vários produtores do território se encontram a exportar como consequência da sua presença no SISAB nos anos anteriores, Pedro Saraiva, explica que “é necessário um trabalho de continuidade, divulgando os produtos e afirmando a sua qualidade”.

“Este ano a prioridade foi dada aos contactos com importadores japoneses”, o que foi bem sucedido. Mas, explica Pedro Saraiva, não se trata de uma estratégia isolada. Há um conjunto de iniciativas que estão a ser realizadas, em articulação com a AICEP (Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal) no Japão, nomeadamente a preparação de uma geminação com uma cidade nesse país, e beneficiando também dos contactos facilitados pela presença de uma fábrica da Mitsubishi no território.

A exportação exige persistência e consistência, defende o coordenador da TAGUS, e a presença no SISAB é uma peça importante nesse trabalho.

Congresso Internacional de Valorização de Produtos Tradicionais

A ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho integra a Comissão de Acompanhamento do primeiro Congresso Internacional de Valorização de Produtos Tradicionais, organizado pela Escola Superior Agrária de Ponte de Lima do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. A iniciativa decorrerá entre os dias 3 a 5 de maio, no Auditório Eugénio Castro Caldas da Instituição.

O congresso pretende partilhar experiências e refletir sobre a valorização dos territórios e dos produtos tradicionais, analisando as diferentes estratégias que contribuem para melhorar a produção local típica e aproveitar a garantia da qualidade oferecida, promovendo o consumo dos alimentos tradicionais e mapear os canais de comercialização e estratégias de marketing.

O encontro destina-se a melhorar as oportunidades de cooperação da comunidade científica da União Europeia, no âmbito da agricultura, biotecnologia, nutrição, entre outras, assim como desenvolver e promover padrões mais elevados de segurança alimentar e contribuir para uma agricultura e indústria alimentar competitivas e multifuncionais, que promovam o desenvolvimento rural.

3.º Congresso Internacional de Turismo Rural

“O turismo rural como caminho para o desenvolvimento sustentável” é o tema do congresso, que se realiza este ano na cidade de Osijek, na Croácia, de 23 a 26 de maio.

Envolvendo organizações de toda a Europa, o encontro irá abordar temáticas como Património e Tradição; Água e Turismo fluvial; Desenvolvimento Regional, Financiamento e Cooperação Transnacional; Novas formas de turismo em áreas rurais (agroturismo, turismo equestre, etc.).

<http://goo.gl/NtLAr>

IN LOCO leva Orçamento Participativo a Bruxelas

A associação participou na reunião da Rede Europeia de Aprendizagem sobre o *Empowerment* e a Inclusão, realizada em fevereiro, em que se discutiu a forma de incorporação do *empowerment* nas medidas que estão a ser equacionadas para o FSE após 2013.

A IN LOCO ficou responsável pela apresentação de três estudos de caso que irão ilustrar as diferentes possibilidades de promoção do *empowerment*, um dos quais será sobre o Orçamento Participativo em Portugal.

ADELIAÇOR organiza Festa das Vindimas 2012

Pelo terceiro ano consecutivo, a ADELIAÇOR organiza a Festa das Vindimas, na ilha do Pico, Açores.

No programa, que culmina em novembro, com a comemoração do Dia Europeu do Enoturismo, destacam-se visitas à Rota do Vinho do Pico – Património da Humanidade pela UNESCO.

O objetivo é dignificar o vinho como produto de elevado valor económico e cultural, valorizando a notoriedade dos vinhos produzidos na ilha do Pico.

7 Maravilhas – Praias de Portugal: candidatura da ADAE entre as pré-finalistas

No novo concurso das 7 Maravilhas, a ADAE viu selecionada a Praia Osso da Baleia entre as 70 pré-finalistas.

A ADAE integrou a parceria que apresentou a candidaturas das praias de Pedrogão, São Pedro de Moel e Osso da Baleia, nas categorias de Praias Urbanas, Praias de Arribas e Praias de Dunas.

A *short list* das 21 Finalistas será revelada a 7 de maio de 2012, data em que se inicia a votação pública.

Indústrias Culturais e Criativas em Espaço Rural



A conferência de apresentação do Projeto ICCER (Indústrias Culturais e Criativas em Espaço Rural), que teve lugar dia 17 de fevereiro de 2012 na Biblioteca de Vila Nova de Cerveira, serviu de arranque da iniciativa e está enquadrada num ciclo de conferências que promovem a partilha de conhecimento entre profissionais do setor. O referido projeto resulta de uma parceria constituída por nove Associações de Desenvolvimento Local (ADL) da região norte do

país – ADER-SOUSA, ADRI-MINHO, ADRIL, ATAHCA, SOL DO AVE, DOLMEN, ADRIMAG, ADRITEM e PROBASTO. Esta iniciativa é apoiada pelo Programa da Rede Rural Nacional (PRRN), no âmbito da área de intervenção da Capitalização de Experiência e de Conhecimento.

A emergência deste projeto surgiu da importância das Indústrias Culturais e Criativas no cenário da economia contemporânea, ao nível da sua

contribuição para o PIB e para a criação de postos de trabalho. Não obstante a relevância que estas indústrias representam para as diferentes economias, estas têm sido abordadas quase exclusivamente sob a ótica da intervenção para a qualificação humana. Ainda assim, e apesar de todo o potencial e atratividade que estas atividades representam para o território rural, nomeadamente no que concerne à diversificação da sua economia, o apoio a estas iniciativas tem sido um pouco descuidado.

As ADL promotoras deste projeto procuram, através do ICCER, inverter esta realidade por meio de um maior conhecimento e identificação das Indústrias Culturais e Criativas, pela monitorização e análise dos fatores de competitividade que condicionam o seu sucesso. Desta forma, pretende-se estimular o empreendedorismo e a competitividade das zonas rurais a partir deste segmento da indústria, promovendo a diversificação das atividades, a criação de riqueza e de trabalho e a melhoria da qualidade de vida, que irá consequentemente conduzir à atratividade de novos residentes.

MINHA TERRA dinamiza estudos

Preparação da política de Desenvolvimento Rural no pós-2013

A MINHA TERRA – Federação das Associações de Desenvolvimento Local viu aprovados dois projetos que, juntamente com os respetivos parceiros, candidatou ao apoio do Programa da Rede Rural Nacional. Ambos os projetos são dedicados a preparar o futuro do desenvolvimento rural no próximo período de programação dos fundos comunitários.

O “E-finance – Instrumentos de engenharia financeira (e políticas de promoção de eficiência energética) na PAC pós 2013” tem como parceiros a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, a CONFAGRI – Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, o Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e a Federação MINHA TERRA, que estará envolvida na componente dedicada aos instrumentos de engenharia financeira.

Neste projeto, em curso durante 2012, serão realizados estudos de suporte à tomada de decisão sobre o futuro quadro de programação

(2014-2020) para o desenvolvimento rural, nomeadamente no que se refere à estruturação de instrumentos de engenharia financeira no âmbito do FEADER – microcrédito, fundos de empréstimos, fundo de estabilização de rendimentos, capital semente, garantia e contra garantia mútua, capital de risco, fundos de investimento imobiliário, fundos de reestruturação empresarial e fundos de apoio à internacionalização.

O outro projeto agora aprovado designa-se “Quadro de Referência para o Desenvolvimento Local – Rural no Horizonte 2020”, conduzido em parceria com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo. Pretende dotar as organizações que intervêm na promoção do desenvolvimento rural de instrumentos de carácter estratégico e operacional que lhes permita responder aos desafios de planeamento estratégico da abordagem LEADER no horizonte 2020, assim como da monitorização e avaliação das intervenções.

Exposição Gerês 15 x 15

Até ao Verão, a exposição itinerante “Gerês 15 x 15”, promovida pela ATAHCA, vai percorrer o Alto Cávado, apresentando uma coleção de trabalhos em cerâmica e em azulejo que retrata as sensações vividas por um grupo de artistas durante uma visita ao Parque Nacional Peneda Gerês.

A exposição, organizada em parceria com o Museu Nacional Soares dos Reis, o Hospital Magalhães Lemos e as entidades locais que a acolhem, tem apoio LEADER.

Excelência da Lampreia do Rio Minho

A ADRIMINHO promove o certame gastronómico “Lampreia do Minho – um prato de excelência”. A iniciativa arranca dia 1 de fevereiro e irá decorrer até ao final do mês de março, numa organização conjunta com os seis municípios do Vale do Minho.

Em defesa desta singular iguaria, os organizadores do evento apostam em obter a certificação da lampreia do Rio Minho como produto de excelência do Vale do Minho e criar a Confraria da Lampreia do Rio Minho.

MONTE na Direção da Plataforma Portuguesa das ONGD

A nova direção da Plataforma Portuguesa das ONGD integra uma representante da MONTE, ACE. Inácia Rebocho será acompanhada de representantes da ADRA, TESE, ACEP, ATA, Fundação Gonçalo da Silveira e Oikos, que assume a presidência.

A nova direção propõe-se reforçar as ONGD Associadas no que concerne à geração de receitas e aos princípios éticos e de transparência, bem como a sua presença internacional, participando na constituição e concretização de prioridades de política.

Pedido apoio a Bruxelas por causa da seca

O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território solicitou à Comissão Europeia ajuda por causa da seca que atinge Portugal.

Entre as medidas propostas ao Comissário Dacian Cioloș, assinala-se a antecipação das ajudas diretas aos produtores agrícolas e pecuários e o pedido de autorização para que os animais criados em modo de produção biológico possam comer ração, para compensar a falta de pastos.

PRODER atribui Reserva de Eficiência a 22 Grupos de Ação Local

O PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural atribuiu uma reserva de eficiência, no valor de mais de 41 milhões de euros, aos 22 Grupos de Ação Local (GAL) do continente que apresentaram melhores indicadores de implementação da sua Estratégia Local de Desenvolvimento. O montante agora atribuído será aplicado nas medidas 3.1. Diversificação da Economia e Criação de Emprego e 3.2. Melhoria da Qualidade de Vida.

Os GAL que obtiveram agora o reforço da sua dotação beneficiarão de montantes de investimento público superior para os concursos que irão abrir no futuro, possibilitando assim alavancar também mais investimento privado realizado pelos promotores dos projetos.

Deste modo sairá reforçada a intervenção dos GAL nos respetivos territórios, contribuindo para a dinamização da economia e do emprego e a melhoria das condições de vida das populações.

ADAE, ADERES e TAGUS entregam contratos LEADER



Decorreu no MIMO – Museu da Imagem em Movimento, em Leiria, a 16 de fevereiro, a cerimónia de entrega dos contratos LEADER da ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura.

Aos 23 beneficiários com projetos aprovados presentes na sessão, a gestora do PRODER, Gabriela Ventura, dirigiu palavras de valorização e reconhecimento pelos investimentos realizados, e a sua importância para o desenvolvimento económico e criação de emprego nas zonas rurais.

O momento ficou ainda marcado pela apresentação do projeto – Ler mais no Território – Biblioteca Itinerante (uma parceria ADAE/Câmara Municipal da Batalha e CEPAE), um apontamento de dança, protagonizado por uma “grande” bailarina de cinco anos, de uma escola do território beneficiária do apoio LEADER, e uma prova de azeite, transformado num lagar, também objeto de financiamento LEADER – Medida 3 do PRODER.

No âmbito da Medida LEADER do PRODER, a ADAE conta já com 55 projetos aprovados, somando 4.9 milhões de euros de investimento elegível e 109 novos postos de trabalho nos concelhos da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós.

A cerimónia da TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, realizou-se na Quinta de Santa Bárbara, em Constância, a 6 de fevereiro.

Entre os convidados – mais de uma centena – estiveram 39 dos 47 beneficiários com projetos aprovados no segundo concurso LEADER, que receberam assim os respetivos contratos de financiamento.

Os 47 projetos aprovados – Abrantes (28), Constância (11) e Sardoal (8) – significam 5 milhões de euros de investimento e 53 postos de trabalho para o território. A associação destaca a ação de Diversificação da atividade económica e criação de emprego, com 22 projetos aprovados, num investimento de 2.9 milhões de euros, que criarão 32 postos de trabalho.

No âmbito do segundo concurso LEADER da TAGUS, entre as 71 candidaturas apresentadas, o órgão de gestão do GAL deu parecer favorável a 57. No entanto, por falta de dotação financeira, 10 projetos não puderam ser apoiados.

A ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul entregou, a 9 de janeiro, nas Penhas da Saúde, 19 dos 29 contratos LEADER, referentes ao primeiro concurso.

Quase três dezenas de projetos, mobilizadores de quase quatro milhões de euros, dos quais 2,4 milhões cofinanciados pelo LEADER, que irão criar 43 postos de trabalho em meio rural.

Segundo o presidente do órgão de gestão do GAL ADERES, Paulo Pina, “no contexto atual, ter quase três dezenas de beneficiários com vontade de investir quase quatro milhões de euros em meio rural é meritório e todos eles devem contar com o nosso apoio e estímulo”.

ADER-AL na Conferência Internacional “Local Identity Product”

A ADER-AL participou na Conferência Internacional “Local Identity Product – Sustainable Support Systems for Communities in Europe”, entre 15 e 18 de fevereiro, em Riga, na Letónia, onde apresentou a comunicação, “Estratégias de Valorização de Produtos Locais – Certificação”. No evento foram analisados os mecanismos de reconhecimento, os modelos de promoção e desenvolvimento dos Produtos de Identidade Local em diferentes estados da União Europeia.

CLDS de Arraiolos com formação

Estão abertas as inscrições para ações de formação modulares no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Arraiolos, coordenado pelo MONTE, ACE.

Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho, criação de páginas web, inglês, word, excel, intervenção e crianças com necessidades educativas especiais, HACCP, trabalho social e orientação, geriatria, são algumas das ações, em horário pós-laboral, para ativos empregados ou desempregados.

IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais em Lisboa

A Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e a Asociación Española de Economía Agraria vão realizar – este ano em articulação com o Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – o IX CIER. Irá decorrer na Universidade de Lisboa, a 27 e 28 de julho, em torno do tema “(I)Mobilidades e (Des)Envolvimentos: o Rural Desafiado”. Chamada para resumos até 31 de março de 2012.

ADERES aposta na gastronomia Estrela-Sul

“Colocar na história e na montra global a variedade e a riqueza da nossa culinária tradicional” – foi desta forma que José Armando Serra dos Reis, presidente da direção da ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, resumiu os objetivos do lançamento da “Carta Gastronómica Estrela-Sul e do site Gastronomia Estrela-Sul, a 9 de janeiro, nas Penhas da Saúde. A gastronomia destaca-se no território, entre outros usos e costumes também retratados e que a associação não quis deixar passar em claro, como o artesanato, a música e o folclore.

<http://gastronomiaestrelasul.com>



Turismo rural leva ADL à BTL

Com o objetivo de divulgar e promover as potencialidades turísticas dos territórios rurais, várias Associações de Desenvolvimento Local (ADL) marcaram presença na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, de portas abertas de 29 de fevereiro a 4 de março.

Para a ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, numa participação conjunta com os municípios de Arganil, Góis, Oliveira de Hospital e Tábua, esta foi mais uma ação destinada a incentivar a atração de novos turistas e visitantes, fundamentais ao desenvolvimento e crescimento deste setor económico na região da Beira Serra.

Numa lógica de afirmação da Beira Serra como destino turístico de qualidade, a participação – apoiada pelo LEADER – proporcionou a oportunidade a diversos agentes turísticos de fazer novos negócios e diversificar a sua atividade, assim como

promover iniciativas de animação.

A ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, dando sequência à estratégia de promoção e divulgação das potencialidades turísticas do Alto Cávado, apostou numa dupla presença.

Por um lado, ao nível da gastronomia, colocando à disposição dos visitantes da BTL as iguarias mais famosas do Alto Cávado, numa parceria com um conceituado restaurante do território. Por outro, do alojamento em espaço rural – produto turístico cada vez com mais peso económico no Alto Cávado –, através da Associação do Turismo de Aldeia (ATA), que integra as 15 ADL do norte do país.

Pela primeira vez, desde as suas participações consecutivas na BTL, a ATA marcou presença no espaço BTL Rural – espaço exclusivamente dedicado à promoção do turismo em espaço rural.

“Potenciar novos contactos e promover a oferta turística das Aldeias de Portugal, numa estratégia mais direcionada para o seu público-alvo”, foram algumas das motivações da participação no certame, como realçou Ana Paula Xavier, presidente da ATA.

As Aldeias de Portugal, projeto atualmente enquadrado na cooperação LEADER do PRODER, convidam a ir mais além do que pernoitar em casas emblemáticas em aldeias rurais singulares. A proposta é estar em contacto com a natureza, as tradições, a gastronomia...

A Associação Terras de Sicó marcou presença com o stand Villa Sicó, de promoção do Eixo da Romanização (Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal, Soure e Tomar), para dar visibilidade a este projeto PROVERE.

Do sul, a Associação Terras do Baixo Guadiana, em colaboração com a Associação

Odiana, foi outra presença nesta BTL, enquadrada no âmbito do LEADER.

A participação permitiu dar a conhecer melhor o território do Baixo Guadiana, cuja riqueza e diversidade de recursos, com elevado potencial de atração turística, “é preciso promover, para que o setor do turismo possa crescer e afirmar-se cada vez como principal motor de desenvolvimento do Baixo Guadiana”.

“Vá a pé do Alentejo ao Brasil em quatro minutos na BTL”, foi o lema desta 24.ª edição da BTL, tendo em conta que o Alentejo e o Brasil eram os destinos – respetivamente, nacional e internacional – convidados.

A feira com a maior mostra do turismo a falar português traduziu-se, este ano, em 10 milhões de quilómetros em 40 mil metros quadrados, o espaço de exposição da Feira Internacional de Lisboa.

Iniciativa da ARDE

Fórum de Desenvolvimento Económico

Arrifes (a 25 de janeiro) e Fajã de Cima (a 29 de fevereiro) foram as primeiras localidades a acolher o fórum que vai percorrer, até novembro, as 10 freguesias rurais de Ponta Delgada (ilha de São Miguel, Açores), com o objetivo de dinamizar novos projetos LEADER.

A iniciativa traduz-se na realização de um conjunto descentralizado de *workshops* no concelho de Ponta Delgada, com a participação de atuais e futuros agentes económicos, para incentivar novas oportunidades de investimento, promover o empreendedorismo e estimular a atividade económica nas zonas rurais.

Além da ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento (promotora do fórum), participam nas sessões de trabalho as restantes entidades envolvidas no projeto: a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, o Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores e a cooperativa de economia solidária Cresaçor.

Segundo o presidente da ARDE, José Andrade, “é a primeira vez que acontece uma iniciativa com esta dimensão, conjugando esforços de 15 entidades para levar às populações uma informação esclarecida sobre os apoios nos sistemas de incentivos”.

“Pretendemos incentivar e avaliar investimentos locais e proporcionar novas oportunidades de emprego, dando a conhecer os apoios disponíveis junto dos agentes locais, desde particulares a empresas, associações e cooperativas”, sublinhou no *workshop* inaugural.

Os projetos locais realizados desde 1995 com o apoio da ARDE, no âmbito do LEADER, nos concelhos de Ponta Delgada (S. Miguel) e Vila do Porto (Santa Maria) envolveram um investimento global superior a 11 milhões de euros e permitiram criar 123 postos de trabalho.

Os apoios continuam disponíveis até 31 de dezembro de 2013, no montante de 3,3 milhões de euros para projetos de diversificação da economia e criação de emprego em meio rural e melhoria de qualidade de vida nas zonas rurais.

A qualificação e a forma nas estratégias das ADL



Apesar do esforço empreendido nos últimos anos, a população portuguesa continua a ter níveis de qualificação muito baixos quando comparados com os nossos parceiros europeus. Quando nos confrontamos com a crueza de números como os que indicam que em Portugal apenas 31,9% da população entre os 25 e os 64 concluiu o 12.º ano, enquanto que no total dos 27 Estados-Membros esse número sobe para 72,7% (dados de 2010), compreendemos bem a dimensão desse atraso.

As consequências deste défice de competências escolares, que não é compensado por competências profissionais, são bem conhecidas de todos. Baixos níveis de produtividade dos trabalhadores, insuficientes competências de gestão dos empresários (os dados indicam que os níveis de escolaridade dos patrões são, em média, inferiores aos dos seus empregados), baixa autoestima, pouca capacidade empreendedora e de iniciativa são os efeitos geralmente mais apontados.

Proporcionar às pessoas a oportunidade de desenvolverem as suas

competências é então imprescindível para, por um lado, reconhecer os direitos de cidadania e concretizar a igualdade de oportunidades própria de um sistema democrático; por outro, desenvolver saberes e aptidões necessários para viver e trabalhar na sociedade e economia contemporâneas.

Sendo a missão das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) promover o desenvolvimento integrado dos territórios rurais (onde residem mais de quatro milhões de portugueses), as ADL cedo compreenderam que o desenvolvimento das competências das populações é uma parte imprescindível desse desenvolvimento integrado.

Nesse sentido, numerosas ADL integraram as questões da qualificação das populações nos seus objetivos estratégicos, nomeadamente, integrando-os nas suas Estratégias de Desenvolvimento Local. Assim, ao longo das duas últimas décadas foram desenvolvendo ações de formação nas áreas que identificaram como sendo as mais necessárias no seu território de intervenção, adaptando-se e adaptando-

Novas Oportunidades em meio rural

Com o objetivo de dar resposta às necessidades de melhoria das qualificações das populações dos seus territórios de intervenção, 11 Associações de Desenvolvimento Local (ADL) geriram e dinamizaram Centros Novas Oportunidades (CNO) até dezembro de 2011. Destes, sete viram aprovados os pedidos de financiamento, que estendem apenas até agosto o seu funcionamento, não sabendo ainda como se organizará no futuro a rede de Centros Novas Oportunidades ou até se se manterão na rede.

Os Centros das ADL permitiram a milhares de habitantes das zonas rurais melhorarem as suas competências, aspeto determinante para a competitividade dos territórios. Para maximizar

a sua eficácia, vários destes CNO têm executado parte do seu trabalho em itinerância, deslocando-se a concelhos ou localidades onde não existe CNO e aí realizando as suas ações, de modo a que as populações mais isoladas também se possam qualificar.

É o caso, por exemplo, da VICENTINA – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, que agora não viu aprovado o financiamento do seu CNO. Pedro Dornellas, o seu coordenador, revela-se crítico tanto relativamente ao processo

do concurso de financiamento como quanto às consequências que a decisão terá para o território, pois a população deixará de ter a possibilidade de se qualificar. Assinala que, no território de intervenção da associação, 92% dos proprietários agrícolas não têm

Sabia que...

Em 2010, a percentagem da população adulta portuguesa com o 12.º ano de escolaridade ou superior era menos de metade da média comunitária?



Média da UE
27 Estados-Membros



72,7%

População entre os 25 e os 64 anos com o 12.º ano de escolaridade ou superior



31,9%

Fontes: Eurostat, INE, PORDATA

Cursos EFA adaptados à realidade local

as, a cada passo, às opções de política definidas a nível nacional.

Seja dinamizando Centros Novas Oportunidades, cursos de Educação e Formação de Adultos, Formações Modulares Certificadas, gestão de turmas do Programa Integrado de Educação e Formação (medida de exceção para combater o de trabalho infantil e a exclusão social e escolar), formação no âmbito do LEADER ou outras modalidades de aquisição de competências, na maioria dos casos as ADL têm obtido resultados muito positivos.

Uma das principais razões para este sucesso reside na metodologia de trabalho inscrita no ADN das próprias ADL: uma abordagem territorial, assente na proximidade com as pessoas que habitam a área de intervenção, fundada em parcerias locais.

Estes elementos são fundamentais para que as ações desenvolvidas sejam adaptadas às necessidades dos territórios, as populações adiram às oportunidades de aquisição de competências, tenham oportunidade de as exercer

após as ações de formação e exista articulação e colaboração entre os vários atores locais.

Como refere Regina Lopes, Presidente da Federação MINHA TERRA e Coordenadora da Equipa Técnica da ADICES – Associação de Desenvolvimento Local, “no contexto atual que se vive no nosso país, a formação é fundamental. Precisamos de reconverter pessoas e dar formação a pessoas que não a têm. Há um trabalho muito vasto a ser desenvolvido, que só pode ser realizado num determinado nível de proximidade com as populações, e por isso é fundamental a abordagem territorial que as ADL podem proporcionar.”

Numa altura em que se desenham novas políticas de ensino e formação em Portugal, a experiência de intervenção das ADL (que, mais do que ser experiência educativa, é intervenção integrada) poderá ser utilizada como um dos modelos que importa aproveitar, para qualificar os portugueses e construir uma sociedade melhor preparada e mais inclusiva.

qualquer escolaridade ou têm apenas o ensino básico. “Neste cenário”, refere, “repare-se a importância que tem para territórios destes a componente da qualificação, do aumento de competências das populações e dos agentes económicos.”

Também a SOL DO AVE – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave realiza itinerância com o seu CNO, deslocando-o aos territórios mais rurais da sua zona de intervenção. Processo que se revelou fundamental ao aproximar as oportunidades de qualificação às pessoas que delas

podiam beneficiar. Apesar de o financiamento para o CNO funcionar até agosto ter sido aprovado, a incerteza relativamente ao futuro paira no ar, o que preocupa Marta Coutada, ex-coordenadora da Formação e atual coordenadora do CNO da SOL DO AVE. A Associação, diz, está a “tentar preparar-se para aquilo que poderá ser o futuro, mas numa base de muita incerteza. Mas com a noção de que essa incerteza não nos pode levar a parar”.

Os cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) foram concebidos para elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação. O objetivo é potenciar as condições de empregabilidade dos formandos e certificar as competências adquiridas ao longo da vida.

Mas não é raro ouvir-se falar de casos de pessoas que foram encaminhadas para cursos EFA que não lhes interessavam e que não melhoravam a sua empregabilidade, apenas porque isso convinha às organizações (públicas ou privadas) que tinham obtido financiamento para realizar esses cursos e, portanto, precisavam de encher as turmas.

Nos casos em que isto sucede conjugam-se geralmente dois fatores: a desadequação das ações de formação das necessidades do território e dos interesses dos formandos. Tratam-se de erros fatais, que resultam na má utilização de dinheiro público e, porventura mais grave, no desperdiçar de oportunidades de formação das pessoas.

O modelo de trabalho das Associações de Desenvolvimento Local faz com que estas corram menos riscos de incorrer nestas práticas. Com efeito, a abordagem territorializada à formação leva a que se pense primeiro nas necessidades do território e só depois no financiamento.

O caso da ADICES – Associação de Desenvolvimento Local ilustra bem esta realidade. “Quando começámos a trabalhar na área da formação, em 1992, realizámos as ações de formação de acordo com o que era necessário no território. Claro que na altura o enquadramento legal, normativo e até teórico acerca da formação em Portugal era

muito incipiente, pelo que ao longo do tempo fomos ajustando a nossa intervenção às políticas que foram sendo construídas nessa área. E por isso, atualmente, desenvolvemos cursos EFA que correspondem aos nossos objetivos de desenvolvimento para o território, mas em termos de execução temos de respeitar a regulamentação nacional em vigor”, explica a Coordenadora da ADICES e presidente da Federação MINHA TERRA, Regina Lopes.

A metodologia parece acertada, a questão reside portanto nos resultados. O projeto desenvolvido pela ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul no concelho de Penamacor é revelador.

Através de um diagnóstico às necessidades do território, a ADRACES compreendeu que era preciso formar pessoas para prestarem apoio a idosos. Realizou então um curso EFA na área da Geriatria, dirigido a adultos ativos e programado de acordo com necessidades efetivas do local.

Para aumentar a eficácia da formação foi realizada uma parceria com a Segurança Social que veio a revelar-se muito importante, pois que possibilitou que no final do curso seis dos nove formandos que o frequentaram tenham conseguido colocação profissional.

Esta formação, para além de facultar a aquisição de competências à população do mundo rural, revelou repercussões extraordinárias na inserção de novos ativos no mercado de trabalho, num território geralmente conotado com a falta de oportunidades laborais. Tratou-se certamente de um excelente trabalho de todos os envolvidos no processo, potenciado pelas metodologias de trabalho inerentes à ação das ADL.

A taxa de abandono do ensino antes de concluído o 12.º ano continuava, em 2010, a ser mais do dobro da média comunitária?



Média da UE (27)



12,2%

Taxa de abandono do ensino sem completar o 12.º ano



24,6%

Fontes: Eurostat, INE, PORDATA

Em Portugal, 26% dos adultos fizeram formação (formal ou informal) em 2007, enquanto a média da OCDE foi de 41%?

OECD << OCDE



41%



26%

Fonte: OCDE

Academia de Formação da ACAPORAMA

Nos territórios rurais do leste da ilha da Madeira e no Porto Santo, o Grupo de Ação Local responsável pela aplicação da Medida LEADER no PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira é a ACAPORAMA – Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, que conta com 7815 associados individuais, distribuídos pelas 40 Casas do Povo da Região.

Para responder às necessidades de aquisição de competências específicas locais, a associação criou a Academia de Formação ACAPORAMA, cujas linhas estratégicas passam por proporcionar à população e a outras entidades coletivas, com ou sem fins lucrativos, uma oferta de produtos de formação nas áreas-chave para o território: Línguas e Literaturas Estrangeiras, Ciências Empresariais e Informática.

Para consolidar este projeto, lançou uma nova plataforma eletrónica, que apresenta um conjunto de propostas formativas atuais e inovadoras, dando um importante contributo para a ACAPORAMA se afirmar na área da formação, proporcionando e desenvolvendo um conjunto de propostas formativas atuais e inovadoras.



acaporama.org/academia_form/



Intervenção Social

Associações de Desenvolvimento Local coordenam CLDS

Em 2007, para impulsionar uma maior coesão territorial em todo o país e uma mudança social efetiva nos territórios mais deprimidos, confrontados com graves situações de pobreza e exclusão social, o Governo de então criou os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

Trata-se de um programa que, visando a melhoria da qualidade de vida e bem estar das populações, se concentra na promoção do emprego, formação e qualificação, intervenção familiar e parental, capacitação da comunidade e das instituições e informação e acessibilidade.

Reconhecendo a importância da territorialização das intervenções, o Governo atribuiu um papel de destaque aos municípios que, por sua vez, em muitos casos, se apoiaram em outras organizações com uma forte implantação no terreno, particularmente vocacionadas para o trabalho em parceria e experiência de intervenção social, para coordenarem os respetivos CLDS.

Foi assim que várias Associações de Desenvolvimento Local (ADL) foram convidadas a coordenar estes processos de promoção do bem estar e desenvolvimento social. A SOL DO AVE

– Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave, que coordena os CLDS de Fafe e Póvoa de Lanhoso, a ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, com o CLDS de Góis, a ROTA DO GUADIANA – Associação de Desenvolvimento Integrado, com o de Serpa, são algumas das ADL que coordenam CLDS.

Estes exemplos, a par de outros, são reveladores de como a natureza das ADL, entidades dedicadas ao desenvolvimento integrado dos territórios e que têm o trabalho em parceria na sua génese, pode ser uma importante mais-valia no trabalho de intervenção social, sobretudo quando este tem múltiplas valências, como é o caso dos CLDS.

Tratam-se, afinal, de intervenções que contemplam áreas tão diversas como o apoio à inserção profissional, a formação de adultos, o apoio a idosos, a intervenção familiar e parental ou a capacitação da comunidade e das instituições, o que pressupõe intervenções integradas, que é a própria matriz de trabalho das ADL.

Noutros casos, a intervenção social das Associações de Desenvolvimento Local é realizada sem estar integrada

em CLDS, mas em articulação com as entidades públicas e privadas do território. É o caso da ADL – Associação para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano, que integra as cinco Redes Sociais – Conselhos Locais de Ação Social dos municípios do seu território.

Entre outras atividades, esta associação realiza numerosas ações de formação com uma grande importância para o território e há já cerca de 12 anos que apoia a qualificação e inserção profissional de desempregados e jovens à procura do primeiro emprego, sob diferentes formas: Agência de Emprego, Dispositivo de Inserção e Acompanhamento; Unidade de Inserção na Vida Activa e, mais recentemente, Gabinete de Inserção Profissional de Santiago do Cacém, através de contrato estabelecido com o IEFP.

A intervenção integrada é, também aqui, uma mais-valia. Por exemplo, em articulação com o Gabinete de Consultoria e projetos da Associação Para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano, é apoiada a criação do autoemprego e o empreendedorismo, que são alternativas possíveis para a inserção de alguns dos desempregados no mercado de trabalho.



Qualificação dos agentes de promoção do desenvolvimento

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL), no seu trabalho de promoção do desenvolvimento dos territórios rurais, desempenham uma função exigente de elevado valor para a sociedade. É fundamental, por isso, que os membros das suas equipas técnicas possuam os conhecimentos adequados, atualizando-os regularmente.

Torna-se, portanto, indispensável a realização de ações de formação destinadas a esses profissionais, desenvolvendo as suas competências e das organizações em que trabalham. Foi neste sentido que o Projeto Q3 – Qualificar o Terceiro Setor foi implementado em 15 ADL, estando atualmente em curso em mais quatro.

A Federação MINHA TERRA promoveu a candidatura do Q3 ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), possibilitando a realização do projeto nas ADL e em mais de uma centena de organizações da economia social, em parceria com outras organizações.

O Q3 tem objetivos tão importantes como melhorar a eficácia da gestão e qualidade das prestações das organizações, contribuindo para a sua competitividade e sustentabilidade. Para tal, atua em áreas como: formas de organização e gestão; cadeia de valor dos serviços; integração das tecnologias de informação e comunicação; melhoria de processos tendentes à certificação de qualidade e gestão da mesma; desenvolvimento de competências internas;

formação e desenvolvimento dos dirigentes e colaboradores; e modelos de cooperação inter-institucional.

Objetivos que na sua globalidade foram atingidos, pois como consta de um relatório de avaliação do projeto, realizado pela Universidade de Tás-os-Montes e Alto Douro, o Q3 “revelou-se um instrumento adequado de qualificação das ADL, designadamente a metodologia participativa, ao nível do diagnóstico, e de formação-ação.”

Também com o objetivo de qualificar as equipas técnicas das ADL, a MINHA TERRA encontra-se a desenvolver um conjunto *workshops* e de ações de formação, com o apoio do Programa da Rede Rural Nacional. Os temas já abordados na formação foram o “Código dos Contratos Públicos”, com 97 participantes num total de sete ações realizadas, e a “Comunicação das ADL, da estratégia à prática”, com 33 participantes distribuídos por três sessões. A actualização, em curso, do diagnóstico de necessidades de formação ditará as temáticas das próximas ações a realizar.

A formação dos agentes de desenvolvimento rural tem sido uma preocupação constante da Federação, pelo que continuará a procurar oportunidades para promover ações de formação e outras iniciativas que desenvolvam as suas competências.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA**
www.adersousa.pt
- 02 ADRAT**
www.adrat.pt
- 03 ADRIL**
www.adril.pt
- 04 ADRIMAG**
www.adrimag.com.pt
- 05 ADRIMINHO**
www.adriminho.pt
- 06 ADRITEM**
www.adriem.pt
- 07 ATAHCA**
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO**
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE**
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE**
www.destique.pt
- 11 DOLMEN**
www.dolmen.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO**
www.dourohistorico.pt
- 13 DOURO SUPERIOR**
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO**
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE**
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO**
www.adeo.pt
- 17 ADAE**
www.adae.pt
- 18 ADD**
www.add.pt
- 19 ADDLAP**
www.addlap.pt
- 20 ADERES**
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER**
www.adiber.pt
- 22 ADICES**
www.adices.pt
- 23 ADRUSE**
www.adruse.pt
- 24 ADRACES**
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA**
www.raiahistorica.pt
- 26 DUECEIRA**
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR**
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA**
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE**
www.rude.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ**
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN**
www.adirn.pt
- 32 ADREPES**
www.adrepes.pt
- 33 APRODER**
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA**
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE**
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS**
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL**
www.ader-al.pt
- 38 ADL**
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME**
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR**
www.leadersor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA**
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE**
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI**
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO**
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA**
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO**
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA**
www.atbaicoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR**
www.adeliacor.org
- 49 ARDE**
www.arde.pt
- 50 ASDEPR**
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER**
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA**
www.acaporama.org
- 53 ADRAMA**
www.adrama.org



Há uma nova estratégia para a qualificação dos portugueses?

Há uma nova orientação do ponto de vista das ferramentas para a qualificação em que o Governo pretende apostar. Isso estava definido no programa do Governo e foi transmitido à Agência naquilo que vai ser a sua missão futura. E até teve como consequência uma alteração em termos de nome, com uma nova denominação, em que para além de Agência Nacional para a Qualificação há o nome de Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. Este mudar de nome é um sinal político de que a Agência Nacional para a Qualificação vai apostar fortemente, nos tempos que se aproximam, no Ensino Profissional como ferramenta principal para a qualificação dos portugueses.

Isso significa menos RVCC [Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências] e mais Ensino Profissional?

O RVCC é um processo, existindo dois tipos de RVCC: o escolar e o profissional. São técnicas desenvolvidas para se aferir as competências e conhecimentos que as pessoas foram adquirindo ao longo da sua vida em situações de formação formal ou não formal. Esse é um instrumento importante que não se vai abandonar. Vamos utilizá-lo, vendo os contextos em que ele faz sentido ou não. Está identificado que devíamos

apostar mais no RVCC profissional, que tem sido pouco desenvolvido nos últimos anos e que também está identificado como uma ferramenta que pode útil até para a mobilidade profissional, ou mesmo para servir de orientação para futuras orientações profissionais na vida das pessoas. Portanto, no RVCC como instrumento nós vamos continuar a apostar e a utilizá-lo. A forma como o vamos fazer é que está a ser analisada.

A designação ensino profissional parece entrar um pouco no campo das escolas, dos cursos de formação no âmbito do ensino secundário. É disto que falamos ou de outra visão?

Está ligado com isso. Tem a ver com o facto de que para os jovens, ao chegarem aos 18 anos, as possibilidades que têm no ensino regular estão todas vocacionadas para a progressão de estudos para o ensino superior. Foi essa a estrutura de ensino montada ao longo destas últimas décadas. Nós achamos que aos 18 anos é possível que esses mesmos jovens tenham já qualificações profissionais que lhe deem a possibilidade de poderem, se assim o entenderem, ter oportunidades no mercado de trabalhado, podendo continuar a aprender ao longo da vida, seja no âmbito mais profissional seja no âmbito mais académico. Portanto, o que nós gostaríamos de implementar era um sistema que tivesse uma via profissionalizante que permitisse que eles efetivamente tivessem ferramentas profissionais que correspondessem às necessidades do mercado de trabalho, para aos 18 anos poderem optar se querem a experiência profissional ou se querem prosseguir os estudos para o ensino superior. Quero deixar bem claro que a via que nós pretendemos implementar é uma via que abre portas e não fecha. Por isso é importante valorizar esta via, que no nosso entender tem sido muito pouco valorizada nos últimos anos.

Entretanto, após assumir as atuais funções na ANQEP, foi já decidido o encerramento de cerca de 30% dos Centros de Novas Oportunidades [CNO], sendo que os restantes têm um funcionamento assegurado apenas até agosto. Não seria conveniente ter aguardado pelos resultados do estudo que o Governo anunciou?

Vamos por partes. Para já, é importante dizer que não houve encerramento de 30% dos Centros de Novas Oportunidades. O que aconteceu foi a abertura de um concurso que tinha um pacote de financiamento e que os Centros se candidataram apresentando as suas necessidades. E depois, avaliados em sede de candidatura, houve uns que tiveram financiamento no âmbito desse concurso e outros que não. Concurso esse que é financiado por verbas europeias, do Fundo Social Europeu,

Novas orientações para a qualificação

Doutorado em investigação operacional, Gonçalo Xufre Silva era professor coordenador no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, tendo também assumido a sua vice-presidência por dois anos. Nomeado presidente da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (o novo nome da ANQ) em outubro de 2011, tem a missão de coordenar a execução das políticas de educação e de formação profissional.

e participado também através do Orçamento de Estado, com um peso ainda considerável. Isto para dizer o quê? Para dizer que quando nós entramos em funções pretendemos tomar as decisões com o maior tipo de informação possível. Portanto, os estudos que começamos a fazer são estudos que não estavam feitos no âmbito da Agência.

Estamos a falar de estudos que pretendem aferir no programa nas Novas Oportunidades, no âmbito dos adultos, qual foi o impacto do ponto de vista da empregabilidade e do ponto de vista da evolução profissional e remuneratória das pessoas que passaram por ele. E também estudos que têm por objeto perceber nos processos de certificação que estavam a ser efetuados como é que eles estavam estruturados, com que rigor é que existiam e como é que eles estavam a ser implementados no terreno, visto que uma das características que encontramos e que nos foi transmitida por todas as pessoas envolvidas no processo é que o crescimento demasiado grande que se passou nos últimos quatro anos, na opinião dessas pessoas, teve como consequência uma dificuldade acrescida de se poder auditar e acompanhar com rigor esses mesmos processos. Associado ao crescimento da quantidade muitas vezes vem o decréscimo da qualidade. Isso é importante aferir e os estudos estão à procura disso.

Estes estudos, que não estavam de forma alguma iniciados na Agência, foram considerados prioritários e estão a ser desenvolvidos. São estudos que incorporam bases de dados muito complexas que envolvem processos de larga escala, e então demoram o seu tempo. Temos agora resultados provisórios que nos permitem ter pistas, mas ainda não temos os resultados definitivos que esperamos vir a ter brevemente.

Portanto, isto para dizer que nós gostaríamos ter todas as informações para tomar decisões. O problema é que também iniciámos funções no início de outubro, numa altura em que o país estava numa situação financeira conhecida por todos e, como eu costumava dizer, há duas situações que são muito fáceis de gerir: uma é quando há muito dinheiro e as decisões acabam por ser fáceis de tomar, outra é quando não há dinheiro nenhum, porque aí as decisões já estão tomadas à partida. O problema é quando temos muito pouco dinheiro. Aí temos de ter muito cuidado quando mexemos no dinheiro, que é a situação em que nos encontramos.

Do ponto de vista do programa de financiamento do eixo de adultos, em termos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências do Programa Operacional Potencial Humano, o POPH, não havia disponibilidade financeira para se continuar a fazer o investimento que estava a ser feito até então. Foi-se analisar e viu-se o esforço financeiro que se conseguia

fazer. E ainda foi um esforço de 50 milhões de euros destinados a este programa. Foi com esse pacote financeiro que se teve de tomar a decisão acerca de que forma é que iríamos financiar a estrutura a partir de janeiro, porque o financiamento que estava atribuído terminava em dezembro. E o que se fez foi abrir um concurso nos moldes do que tinha sido feito até então. As candidaturas foram ordenadas do ponto de vista técnico-pedagógico, com as grelhas de avaliação que estavam definidas já no POPH, anteriores ao nosso mandato, e depois em função da avaliação da parte financeira foi distribuído aquele pacote de 50 milhões de euros pelos Centros que se candidataram. E, efetivamente, 70% das candidaturas foram financiadas e as outras 30% não, pelo pacote financeiro ter esgotado.

É este o contexto real que nós temos. Se me perguntar que consequências é que isto tem, eu não tenho dúvidas nenhuma que esta é uma atividade que não tem neste momento grandes possibilidade de obtenção de receitas próprias. Os Centros neste momento estão todos a tentar equacionar qual é o seu posicionamento para este período. Quando me falou do “até agosto”, também é importante dizer que o “até agosto” é o período transitório que nós pretendemos montar, mantendo uma estrutura normal com um funcionamento e missão normal. Isto para, com base naquilo que vai ser a nossa avaliação e orientação estratégica para a missão futura, podermos então reestruturar todo o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades. Agosto porque? Para combinar com o ano letivo, porque com o enfoque que vai existir no âmbito do ensino profissional faz sentido que ele esteja em sintonia com o calendário letivo. São estas as razões que nos levaram às decisões que foram tomadas no contexto em que estamos.

E para quando é que se prevê o anúncio da nova organização dos Centros de Novas Oportunidades? E, também, quando é que se prevê que sejam apresentadas as linhas legislativas orientadoras para a área de formação de adultos, que após tomar posse afirmou que seriam apresentadas em breve?

Estes meses que se aproximam são cruciais na tomada de decisões relativamente ao processo. Se o período transitório que nós implementámos é até agosto, isto até agosto tem de ser feito. Não digo que até agosto tenhamos todo o edifício montado, mas em agosto temos de ter muito bem consolidado o percurso que vamos percorrer para darmos os primeiros passos nesse mesmo percurso. Neste momento não tenho um calendário pré-definido do ponto de vista de anúncios de medidas que vão ser tomadas. A Agência neste momento, ao ter fechado um processo que é pesado do ponto de vista da decisão que foi a concurso, que envolveu

“A Agência Nacional para a Qualificação vai apostar fortemente, nos tempos que se aproximam, no Ensino Profissional como ferramenta principal para a qualificação dos portugueses”



380 candidaturas e que neste momento ainda está em consulta prévia, tem muitos dos seus recursos a tentar finalizar o concurso. Mas já se começa a afetar recursos na preparação da próxima fase do programa. Estamos a trabalhar a todo o vapor, aqui na Agência, em sintonia e colaboração com duas das tutelas, o Ministério da Educação e o Ministério da Economia e do Emprego, para que rapidamente consigamos ter definido todo o processo que vai entrar em funcionamento a partir de agosto.

Uma ferramenta que também se tornou central ou emblemática para a Agência foi o Catálogo Nacional das Qualificações. Tenciona rever o Catálogo? De que melhorias é que precisa?

O Catálogo está mais que identificado como uma medida emblemática. Está neste momento classificado pelos parceiros como um instrumento imprescindível. E quando digo parceiros refiro-me aos parceiros sociais, aos parceiros que têm as ofertas formativas, aos empregadores, e a todos os stakeholders que andam à volta da formação profissional. É um instrumento e como instrumento que é precisa e pode ser sempre afinado. Neste momento não temos identificadas todas as afinações que podem ser feitas. A Agência tem um conjunto de conselhos setoriais onde reúne com os

vários parceiros dos vários setores de atividade da economia portuguesa e com eles vamos sempre adaptando o catálogo.

Neste momento já está identificado que é fundamental uniformizar as unidades de formação em termos de denominação e em termos de conteúdo, em todas aquelas que sejam transversais e que sejam semelhantes entre elas e que só por razões que às vezes não são perceptíveis ficaram com denominações diferentes ou com pequenas diferenças. Porque é que isto está identificado desta forma? Porque se do ponto de vista do Catálogo estas unidades passarem a ser uma única, como neste momento temos de conseguir impulsionar a

requalificação profissional de muitas pessoas que estão à procura de emprego, serão essas unidades que lhes abrirão mais portas do ponto de vista das saídas profissionais. E aí o Catálogo é um instrumento que pode ajudar na definição dessa formação mais possibilitadora de oportunidades para as pessoas. Isso já está identificado e estamos a trabalhar nesse âmbito.

Uma das competências da Agência é também a aprendizagem ao longo da vida. Haverá ferramentas para isso? E mesmo que haja ferramentas, haverá orçamento?

As ferramentas eu acho que já existem. Ou seja, se nós pensarmos que a rede de Centros de Novas Oportunidades teve a capacidade de trazer as pessoas ao sistema de formação e qualificação, acho que aí se deu um passo que é importante. É difícil muitas vezes chamar as pessoas à formação. Elas neste momento estão cá. Se houve alguma vantagem no programa, e houve como é óbvio – pode-se questionar os custos da massificação, da forma como foi usado e até da informação e da publicidade que lhe foi associada, mas também teve consequências positivas –, é que ele trouxe muita gente. As pessoas estão no sistema nacional de qualificações, as pessoas aderiram ao sistema. O problema é o que fazer com elas agora? Se a resposta for certificá-las e ponto final, nós estamos convencidos



que isso é extremamente limitado e que tem poucas possibilidades de ter impacto na vida das pessoas e nos benefícios do país. Mas se a alternativa for, depois de as ter cá, acompanhá-las, procurar as suas necessidades, dar-lhes oportunidades no sentido de lhes dar a informação e a formação que mais se adapta mais às necessidades e ao ponto em que elas se encontram quer a nível profissional quer pessoal, começamos a ter uma estrutura que não só formou as pessoas e ficou contente com isso, mas que traz as pessoas, pode certificá-las mas depois quer que elas continuem, continua a acompanhá-las, tentando motivá-las, tentando saber as necessidades delas, questionando porque é que as coisas não estão a correr bem. Portanto, esta estrutura não me parece difícil de montar porque é adaptar a estrutura que já temos. Eu acho que é mais uma questão de, com os instrumentos que já temos, redirecionar a estratégia da estrutura. E eu estou convencido que esse é o passo a dar em termos dos adultos.

Agora não estou a falar do ensino profissional, apesar das coisas estarem ligadas uma à outra. Será o passo seguinte, que é orientar as pessoas para uma verdadeira aprendizagem ao longo da vida, utilizando as estruturas que já existem. Aqui o financiamento é crítico, por isso é que aqui temos de ver bem se vale a pena continuar a apostar como se apostou nos anos anteriores

em certificação, até porque o público alvo da certificação é um público que tem tendência a diminuir, porque o número de pessoas que necessitam desta certificação tem tendência a diminuir. Não é um problema que esteja a ser resolvido, mas a quantidade neste momento já é questionável. Portanto, é uma questão de as mesmas verbas serem apostadas em direções diferentes.

É claro que continuamos a falar de financiamento essencialmente comunitário. Também temos a médio prazo que repensar como é que este tipo de actividades podem ser financiadas de outra forma. Até porque se estamos sempre colocados ao financiamento comunitário estamos sempre a correr o risco de um dia ele cessar. Ora, a qualificação deve ser uma aposta do país de forma intemporal e nesse sentido

“A rede de Centros de Novas Oportunidades teve a capacidade de trazer as pessoas ao sistema de formação e qualificação, acho que aí se deu um passo que é importante”

temos também no financiamento de garantir que ele existe e que não está dependente de apenas uma determinada fonte. Essas soluções ainda não as tenho, mas como lhe digo, são coisas que temos de abordar a médio prazo. Neste momento estamos ligados ao orçamento comunitário e aí é uma questão de prioridades.

Nos territórios rurais os níveis de qualificações são significativamente mais baixos do a média nacional. Haverá uma aposta de qualificação dessas populações?

Nós vamos tentar, neste desafio que estamos a agarrar, que seja um desafio que olhe quer para os setores quer para o território de forma diferenciada. Ou seja, tentarmos criar um sistema que dê resposta do ponto de vista da necessidade de cada um dos pontos em que nos encontramos, quer seja geográfico quer seja setorial. No caso dos ambientes mais rurais, há necessidades específicas e características específicas associadas a esses contextos mais agrícolas, que são uma estrutura que é importante apoiar para dar resposta a esse setor. Nos meios rurais temos índices de qualificação mais baixos essencialmente porque as pessoas vão fugindo dos meios rurais. Temos aqui um contexto que não é só da qualificação, mas também social, associado aos meios rurais. Aquilo que nós estamos a tentar construir para depois implementar é um sistema que se consiga articular de forma eficaz com a realidade local e, aí sim, com as soluções adaptadas aos meios rurais em conjunto com os vários atores dos meios rurais que conhecem muito bem todo o contexto em que estão a trabalhar. É a essa a intenção da Agência.

Como é que se pode concretizar essa articulação, quando aquilo que é tradição da Administração são políticas horizontais que depois têm muita dificuldade em se adaptarem às especificidades de cada região?

É verdade. Esse é o desafio, e se calhar é o grande desafio da Agência para conseguir dar o passo no caminho que tem sido anunciado. Há uma heterogeneidade de realidades territoriais, há uma heterogeneidade de atores locais, de operadores no âmbito da qualificação, quer do ponto de vista da formação propriamente dita, quer do ponto de vista do ensino. Temos muitas situações, escolas profissionais privadas, escolas públicas, Institutos de Emprego e Formação Profissional, temos associações que prestam formação, há uma diversidade do ponto de vista do tecido empresarial, das várias associações que existem. Esta diversidade enorme de participantes, dos chamados stakeholders do processo de formação e qualificação, tem de ser coordenada. Temos de ter uma rede de oferta que seja coordenada, que seja regulada e que não permita que haja duplicação de ofertas

em determinados sítios e que haja falta noutros. Para que a oferta num sítio seja contextualizada pelas necessidades dessa zona territorial. Como é que isso se faz? Eu tenho uma certeza absoluta que não é este edifício que está aqui na Avenida 24 de julho [em Lisboa] que vai conseguir fazer isso sozinho. Portanto, nós vamos ter que ter uma rede capilar que ajude a fazer esta articulação no terreno. A rede dos Centros de Novas Oportunidades é uma estrutura que já está no terreno, e isto liga ao que estávamos a dizer há pouco. Se conseguirmos redirecionar a missão para aquele contexto que estávamos a falar, eles podem ser os núcleos dinamizadores de toda esta coordenação local, para que ela seja contextualizada do ponto de vista geográfico e do ponto de vista socio-económico onde está inserido. É isso que pensamos e é isso que vamos tentar implementar.

Agora, a complexidade deste modelo é muito maior quando comparada com o modelo central. Essa é a grande característica referida como vantagem do centralismo: é muito mais simples. No entanto, neste contexto que estamos a tentar que tenha sucesso, esse modelo se calhar tinha muito menos possibilidade de ter sucesso. Vamos ver se vamos conseguir implementar o outro, mais complexo.

Nós estamos convencidos de que neste momento os instrumentos existem. É uma questão cultural, de quem está no terreno também perceba qual é o papel que pode ter no meio deste sistema que vamos procurar implementar. Penso que temos fortes possibilidades de ter sucesso.

As Associações de Desenvolvimento Local têm como missão fomentar o desenvolvimento local integrado. Acha que é possível articular o funcionamento das Associações de Desenvolvimento Local com os Centros Novas Oportunidades?

Eu acho que é possível. Mais do que achar possível, acho que se não passar por aí toda aquela estratégia que acabei de referir tem poucas possibilidades de ter sucesso. Os CNO, ou ex-CNO ou como vão ser chamados no futuro, se ficarem orientados para esta missão, eles vão poder ser os dinamizadores de toda esta articulação. As Associações de Desenvolvimento Local tem as características que as fazem ideais para a sua integração. De forma imediata elas fazem a ligação dos mais diversos parceiros no terreno, autarquias, universidades, escolas, associações empresariais. Elas, já na sua génese de atuação do terreno, têm de incorporar toda a articulação destes vários atores e portanto são parceiros que eu considero fundamentais para a estratégia, para que esta venha a ser desenvolvida. A resposta é que eu acho que é possível e mais do que achar possível, se não conseguirmos implementar esta articulação dificilmente teremos sucesso.



Formação e competências nos territórios rurais

Os territórios rurais enfrentam hoje dificuldades que exigem uma atenção muito especial da parte de todos os agentes locais, em particular das associações de desenvolvimento local, cuja função de alerta, debate e reflexão é hoje mais do que nunca essencial para que se encontrem soluções viáveis para as pessoas e as organizações que nestes espaços pretendem permanecer. Num quadro de retração dos fundos comunitários para o cofinanciamento da formação e de redução de serviços em meio rural para apoio às populações no desenho dos seus projetos de vida, impõe-se o questionamento das medidas que estão a ser tomadas e das que se preveem tomar face a um quadro mais ou menos comum de despovoamento, envelhecimento da população e desemprego presente na maioria das zonas

rurais do interior do país. A este propósito vale sempre a pena lembrar que “Portugal tem, fruto de dois séculos de desinvestimento relativo em educação face aos congéneres europeus, os níveis mais baixos de qualificação da sua população adulta a nível da União Europeia”

Os recentes esforços realizados, particularmente no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades, não foram suficientes para contrariar este cenário, sendo necessário e urgente repensar a formação, o desenvolvimento e o reconhecimento de competências não só dos adultos com baixas qualificações, como também das próprias empresas e organizações que atuam em meio rural num esforço concertado, quer de valorização dos saberes tradicionais com valor de mercado, quer da

aprendizagem de novos saberes essenciais para aumentar a participação e atratividade pelo meio rural.

Num quadro de incerteza quanto ao futuro, a solução parece residir na união de esforços para repensar o modelo de desenvolvimento do país, em que a criação de plataformas de trabalho regionais e locais devem permitir reclamar mais transparência e autonomia na resolução dos problemas que são particulares de cada território.

A criação dos Centros Novas Oportunidades (antigos Centros RVCC), protagonizados por uma diversidade de agentes públicos e privados, e a sua disseminação pelo território foram das experiências mais interessantes a que Portugal assistiu nos últimos anos com resultados visíveis, quer nas metas alcançadas em ter-

mos de qualificação escolar e profissional de jovens e adultos, quer na dinâmica induzida pela necessidade de se trabalhar de forma articulada quer com as pessoas quer com os agentes do tecido económico, social e cultural. A dinâmica regional dos CNO impulsionada pela Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), foi nalguns casos induzida por organismos públicos regionais, mas noutros o seu surgimento foi quase espontâneo e existem casos de sucesso que importa difundir para que se produza um efeito de contágio a outras regiões. Na maioria dos casos a realidade impôs-se e ditou a reconfiguração das formas de trabalho: desde logo o contexto demográfico e a pressão gerada pela enorme procura que a população adulta com baixas qualificações efetuou na expectativa do reconhecimento das aprendizagens realizadas ao longo da vida. Os conceitos de competência e de aprendizagem ao longo da vida até então quase desconhecidos ganharam uma amplitude e foram compreendidos pela população, como uma via para a mudança das suas próprias vidas indissociáveis da progressão profissional e do desenvolvimento pessoal (aumento da autoestima e autoconfiança). O país recuperou consideravelmente o atraso que revelava em matéria de qualificações e devolveu às pessoas o estímulo para prosseguirem numa perspetiva de Aprendizagem ao

Longo da Vida (ALV) essencial para a construção de uma “sociedade de aprendizagem”

Há cerca de um ano que o país, as pessoas e as organizações vivem num clima de incerteza quanto ao futuro dos CNO e por isso é oportuno debater seriamente este tema, sobretudo quando no terreno percebemos que o esforço tem de ser continuado e consolidado, quando sabemos que possuímos hoje um capital de conhecimento que não pode ser desperdiçado e quando os resultados nos indicam que continuamos muito aquém das metas definidas.

O relatório anual do QREN III divulgado no início deste ano, com informação quantitativa sobre a execução dos programas reportada ao ano de 2010, confirma-o, ao referir que “Apesar da relevante capacidade de atração de adultos em atividades de educação e formação, (...) a meta definida para o PNACE para o ano de 2010 (ou seja, 12,5% da população entre os 25 e os 64 anos a participar em ações de formação) ainda está longe de ser alcançada: o valor do indicador foi de 5,8% em 2010. Portugal continua, assim, a apresentar um baixo nível de envolvimento dos adultos em ações de educação e formação ao longo da vida no contexto da UE, em particular face aos Estados-Membros com melhores desempenhos, o que dificulta a recuperação do atraso histórico do país neste domínio”.

A expectativa é que o papel até aqui protagonizado pelos Centros Novas Oportunidades possa, no entender dos resultados do projeto GOING LIFE LONG LEARNING, dar lugar à criação de **Centros de Aprendizagem ao Longo da Vida**, ao serviço de um conceito de ALV mais amplo, suportado em parceiros locais (ou empresas com impacto na região) empenhados em promover juntos o desenvolvimento local.



Filomena Machado

Socióloga, membro da direção e Coordenadora do Centro Novas Oportunidades @prender+ da Rota do Guadiana – ADI, Serpa, Baixo Alentejo.

- 1 Quais são os grandes desafios das políticas públicas de aquisição de competências e qualificação de ativos, sobretudo na educação e formação de adultos. Nesse sentido, o primeiro grande desafio é dar continuidade e estabilidade à política pública de formação que tem vindo a ser implementada nos últimos dez anos. É fundamental, por um lado, reforçar a aposta na aprendizagem ao longo da vida e, por outro, dinamizar a criação e o reforço de redes locais para a qualificação. São redes que em alguns concelhos já existem e noutros estão a ser criadas, que poderão dar um grande contributo na implementação de iniciativas de formação da população ativa, pois conhecem melhor do que ninguém a realidade local. Um outro aspeto que me parece fundamental é a profissionalização dos técnicos de educação e formação. Nos últimos anos temos vindo a observar o surgimento de outros perfis profissionais de educação e formação, como os profissionais de reconhecimento validação de competências, os mediadores de formação de adultos e os técnicos de diagnóstico e encaminhamento. Contudo, numa política pública de educação e formação da população ativa, prevalece a carência de uma profissionalização dos técnicos que implementam essas medidas, o que me parece um aspeto central e um grande desafio.
- 2 Com base na nossa experiência de trabalho com as populações rurais, designadamente com o centro de novas oportunidades e os cursos de formação e qualificação de adultos, consideramos um aspeto central promover e facilitar o acesso das populações rurais a todas estas modalidades de qualificação e formação. O que se consegue é criar uma maior proximidade destas ofertas às populações rurais, tendo em conta que uma das grandes dificuldades sentidas pelas populações locais é o acesso a serviços e ofertas de educação. Portanto, uma maior proximidade parece-me um aspeto fundamental para melhorar os baixos níveis de competências. Também a diversificação da oferta formativa adequada ao perfil deste público e às potencialidades do território se revela um aspeto determinante, no sentido em que se torna crucial dinamizar toda uma oferta que esteja adequada às necessidades específicas das populações rurais, tendo em conta as potencialidades e os recursos endógenos dos territórios.
- 3 Considerando que as populações rurais apresentam normalmente níveis de competências baixos relativamente às populações urbanas, há competências que são fundamentais, em termos de numeracia e literacia, das novas tecnologias de informação e comunicação. Competências básicas que são fundamentais. O Mundo Rural tem uma série de possibilidades em termos de recursos endógenos que deverão ser aproveitados e potencializados. Deveremos criar sempre que possível uma oferta formativa que permita potenciar esses mesmos recursos, articulando as iniciativas de formação. Estes recursos devem ser potencializados de modo a gerar emprego e novas atividades económicas.



Marta Coutada

1 Estamos numa altura de alguma instabilidade no que toca às políticas públicas de aquisição de competências e qualificação de ativos, sobretudo na educação e formação de adultos. Nesse sentido, o primeiro grande desafio é dar continuidade e estabilidade à política pública de formação que tem vindo a ser implementada nos últimos dez anos. É fundamental, por um lado, reforçar a aposta na aprendizagem ao longo da vida e, por outro, dinamizar a criação e o reforço de redes locais para a qualificação. São redes que em alguns concelhos já existem e noutros estão a ser criadas, que poderão dar um grande contributo na implementação de iniciativas de formação da população ativa, pois conhecem melhor do que ninguém a realidade local.

Um outro aspeto que me parece fundamental é a profissionalização dos técnicos de educação e formação. Nos últimos anos temos vindo a observar o surgimento de outros perfis profissionais de educação e formação, como os profissionais de reconhecimento validação de competências, os mediadores de formação de adultos e os técnicos de diagnóstico e encaminhamento. Contudo, numa política pública de educação e formação da população ativa, prevalece a carência de uma profissionalização dos técnicos que implementam essas medidas, o que me parece um aspeto central e um grande desafio.

2 Com base na nossa experiência de trabalho com as populações rurais, designadamente com o centro de novas oportunidades e os cursos de formação e qualificação de adultos, consideramos um aspeto central promover e facilitar o acesso das populações rurais a todas estas modalidades de qualificação e

formação. O que se consegue é criar uma maior proximidade destas ofertas às populações rurais, tendo em conta que uma das grandes dificuldades sentidas pelas populações locais é o acesso a serviços e ofertas de educação.

Portanto, uma maior proximidade parece-me um aspeto fundamental para melhorar os baixos níveis de competências. Também a diversificação da oferta formativa adequada ao perfil deste público e às potencialidades do território se revela um aspeto determinante, no sentido em que se torna crucial dinamizar toda uma oferta que esteja adequada às necessidades específicas das populações rurais, tendo em conta as potencialidades e os recursos endógenos dos territórios.

3 Considerando que as populações rurais apresentam normalmente níveis de competências baixos relativamente às populações urbanas, há competências que são fundamentais, em termos de numeracia e literacia, das novas tecnologias de informação e comunicação. Competências básicas que são fundamentais.

O Mundo Rural tem uma série de possibilidades em termos de recursos endógenos que deverão ser aproveitados e potencializados. Deveremos criar sempre que possível uma oferta formativa que permita potenciar esses mesmos recursos, articulando as iniciativas de formação. Estes recursos devem ser potencializados de modo a gerar emprego e novas atividades económicas.

Marta Coutada foi Coordenadora da Formação da SOL DO AVE – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave e é atualmente Coordenadora do CNO.



Pedro Dornellas

1 Torna-se óbvio e fundamental que existam políticas públicas que sejam aferidas das necessidades e dinâmicas dos territórios. Analisando o território em que trabalhamos, é um facto indubitável que em algumas circunstâncias isto é replicável para a generalidade dos territórios rurais, devendo ser abordado como políticas públicas nacionais que atendam às especificidades deste tipo de territórios. Todos os partidos da Assembleia da República consideram indispensável que os territórios diversifiquem a sua atividade, mas à formação, apesar de constar no PRODER, é-lhe retirada a vertente diversificação das atividades do meio rural, contemplando somente a agricultura.

Acrescido a este facto, os Planos de Aquisição de Competências e Animação dos Grupos de Acção Local apenas permite a formação das equipas técnicas locais. O PRODER tem um conceito de formação que apresenta o seu mérito, não servindo, contudo, ao interesse e às sinergias das Associações de Desenvolvimento Local. Nenhuma Estratégia Local de Desenvolvimento poderá ter sucesso sem o instrumento financeiro de dinamização económica nem o de qualificação dos recursos humanos para as prioridades estratégicas do território.

Era indispensável que o PRODER contemplasse, na sua área de formação e qualificação, a formação para todas as ações suscetíveis de apoio dos três eixos do PRODER.

2 As competências que devem ser adquiridas diferem e dependem do território. Acredito que nos territórios mais agrícolas as competências sejam a nível da capacidade de produção, da inovação tecnológica e da comercialização de bens

agrícolas. Num território como o da Costa Vicentina e Barlavento Algarvio, de Rede Natura 2000, com uma agricultura envelhecida e com floresta, as potencialidades do território passam essencialmente pelo património natural e pelo turismo. No caso do nosso território, as competências indispensáveis têm lugar ao nível da valorização do ambiente, no sentido em que os produtos de qualidade têm de ser valorizados, identificados e apresentados às pessoas. É igualmente importante notar que temos três mil horas de luz, 25 dias de chuva útil, um clima extremamente ameno, condições benéficas para o desenvolvimento do turismo de natureza e um património cultural riquíssimo.

3 Em primeiro lugar, é preciso perceber a oportunidade que existe para o território e, em seguida, criar um consenso em relação aos dirigentes políticos do território, autarcas, decisores regionais, entre outros. Em terceiro lugar, é necessário organizar a oferta e qualificá-la, que é um processo por começar. Não há negócio ou o pouco negócio que existe está a anos de luz da sua potencialidade.

Pedro Dornellas é Coordenador da VICENTINA – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.

RESPONDEM A TRÊS QUESTÕES FUNDAMENTAIS

de qualificação de ativos?
das populações rurais?
no Mundo Rural em que seja importante investir?



Aldina Fernandes

1 Penso que na difícil conjuntura que estamos a viver e nomeadamente com o crescimento avassalador dos índices de desemprego, e também face ao facto deste cenário tender a tornar-se estrutural, o grande desafio que se coloca prende-se com a implementação de políticas públicas de formação orientadas não só para a promoção da empregabilidade mas também para a sua preservação. Em meu entender e da Confagri, este objetivo obriga a uma concertação muito estreita entre as políticas de carácter económico, de emprego e de formação, para que se obtenha resultados palpáveis e concretos ao nível da empregabilidade.

2 Acho que tem de haver um alto grau de proximidade com as populações rurais, seja ao nível do diagnóstico das necessidades de formação, face às dinâmicas e oportunidades para os diferentes territórios, seja também na adaptação das modalidades de formação a essas populações específicas, com uma disponibilização o mais rapidamente possível de oferta formativa. Nesta área gostava de destacar o trabalho que a Confagri tem desenvolvido com muitas cooperativas agrícolas e associações de agricultores, nomeadamente ao nível das competências de empresários agrícolas, da mão-de-obra agrícola familiar e dos trabalhadores agrícolas, assim como ao nível dos técnicos e dirigentes do setor agrícola. Tem sido um trabalho em rede de grande relevo e grande dimensão, que tem sido uma aposta na nossa atividade.

3 O mundo rural, apesar de todos os seus *handicaps*, é um território de oportunidades principalmente ao nível da atividade agrícola e de atividades que podem valorizar o

potencial endógeno destas regiões. Para além das competências básicas transversais, tem de se apostar, no nosso entender, na valorização do potencial endógeno destes territórios. E isso exige, como atrás referi, concertação de objetivos e políticas, nas quais as políticas de formação e qualificação de competências é uma das principais componentes da estratégia para cada território.

Aldina Fernandes é Secretária-Geral Adjunta da CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL.



Alberto Melo

1 O que me parece neste momento o grande desafio das políticas públicas quanto à aquisição de competências e qualificação de ativos é, efetivamente, saber para quê? Porque é que as pessoas vão adquirir competências? Porque até há bem pouco tempo o argumento era a empregabilidade, a progressão na carreira, etc. Hoje em dia, com a situação que vivemos, é muito difícil convencer alguém de que adquirindo competências haverá solução para os seus problemas profissionais ou irá garantir emprego bem remunerado e estável no futuro. Portanto, eu creio que neste momento o problema é fundamentalmente a motivação, sobretudo dos adultos. Acho que se deveria apostar em processos e estruturas de orientação ou de aconselhamento. Não estar a empurrar as pessoas imediatamente para formações sem saberem muito bem para onde vão ser conduzidas. Até porque não se sabe quais são os setores que vão crescer, não há um plano de desenvolvimento da economia portuguesa, não se sabe onde é que se deve apostar e é muito difícil também perceber quais são as competências específicas e técnicas que vão mais necessárias. Parece-me que será melhor se as pessoas que têm baixas qualificações forem conduzidas para centros onde se possa fazer um trabalho de levantamento, perceber o que é que as pessoas já fizeram, o que é que gostariam de fazer e depois efetuar um processo de orientação e aconselhamento sobre os melhores percursos para adquirirem competências.

2 Quando se vivia numa sociedade rural, numa economia rural, as pessoas tinham as suas competências, que eram as necessárias para essa mesma economia. Este novo

mundo rural precisa de outros níveis de competências para as pessoas se poderem inserir melhor numa economia e numa sociedade que é muito diferente do que era anteriormente.

Acredito que a melhor maneira de pôr as pessoas em movimento, do ponto de vista de aquisição de novas competências, é inseri-las em dinâmicas integradas, locais. Seja na base de um projeto, de um plano de melhoria de uma freguesia ou de um escritório, em que se possa, num procedimento bastante participativo, levar as pessoas a acreditar. E ver isso confirmado nos factos. É possível melhorar o bem-estar e criar um ambiente mais propício para que as novas gerações não abandonem os campos, e que promova novas iniciativas empresariais e outras.

3 Acho que hoje em dia, o mundo rural atravessa uma série de correntes, de processos, em que o mundo urbano participa. Muitos urbanos vêm viver para o mundo rural porque já nada impede que se estabeleçam no mundo rural e trabalhem em teletrabalho ou outros processos. Creio que isso será o futuro e surgirão projetos individuais e coletivos, assentes na agricultura ou não, para os quais contribuirão as competências específicas no âmbito do empreendedorismo para produtos locais, para a comercialização, exploração de novas matérias-primas e inovação em novas utilizações. Também o turismo, fundamentalmente o turismo rural, de natureza, de saúde ou desportivo, são linhas que se podem vir a lançar no meio rural.

Alberto Melo foi cofundador e Presidente da Associação In Loco (1988-1998).



Emprego e aprendizagem ao longo da vida

O processo de formação e educação para a população rural envolve um sistema de qualificação e de aprendizagem ao longo da vida, através de programas de aprendizagem específicos.

Em muitos casos, nas zonas rurais, verifica-se uma lacuna entre a oferta formativa e as possibilidades reais de emprego. Nesta perspetiva, é importante qualificar os formandos com vista ao aumento de emprego, assumindo a adequação das novas competências à oferta existente, procurando, em simultâneo, desenvolver a sua participação cívica e social, por via da aprendizagem.

Os efeitos da formação em meio rural ao nível do emprego dos formandos são, demasiadas vezes, pouco significativos. Contudo, isto não impede que se faça uma avaliação positiva da formação pois esta

permite aos formandos a aquisição de conhecimentos, o enriquecimento ao nível das competências e atividades desenvolvidas e, em particular, pelos seus efeitos ao nível do desenvolvimento pessoal e social, com a elevação da autoestima e autoconfiança.

Neste contexto, podemos dar o exemplo das intervenções formativas desenvolvidas pela Ader-Sousa no âmbito da IC LEADER, que estiveram relacionadas direta ou indiretamente com os projetos apoiados, com as especificidades do território e em áreas em que se detectaram necessidades formativas, pretendendo-se igualmente que fosse complementar à oferta formativa existente no território. Foram exemplo disso a formação especializada em restauro de documentos gráficos, a formação profissional em restauro

e conservação de mobiliário tradicional, a formação profissional em alojamento turístico em espaço rural, ações de formação de iniciação ao bordado para jovens ou ainda a formação especializada em preservação/manutenção da floresta.

Numa outra perspetiva, vemos também em muitos casos aprendizagens de grande utilidade por se adequarem às necessidades das atividades ligadas à agricultura (agricultura, produção animal, artesanato...), e aqui as cooperativas agrícolas assumem papel fundamental, pois desenvolvem atividades formativas ligadas a estas áreas.

Mas as competências profissionais adquiridas não são, no contexto rural, suficientes para permitir mudanças apreciáveis ao nível das atividades exercidas. A tendência é dar continuidade às atividades

já desenvolvidas, integrando algumas mudanças nas práticas agrícolas tradicionais em resultado das aprendizagens obtidas nos cursos.

Assim, as potencialidades e os recursos do território devem, numa ótica de desenvolvimento sustentado, ser incorporadas no diagnóstico de necessidades de formação. A estratégia de desenvolvimento deveria, portanto, incidir sobre a promoção da agricultura e da floresta, o reforço do setor industrial local e o setor terciário de proximidade.

As atividades agrícolas têm uma importância considerável quer económica quer social. Há contudo que elevar a valorização dos recursos endógenos de cada território, o que poderá ser feito nalguns casos através da produção biológica e da sua comercialização. Relativamente ao fomento do setor industrial local, cremos que existem condições para o crescimento de novos *clusters* que podem ser importantes na criação de postos de trabalho. Na área dos serviços de proximidade existem oportunidades que se abrem, designadamente nos cuidados a prestar a idosos, o que permitirá criar um elevado número de postos de trabalho. As atividades ligadas ao turismo, também não devem ser esquecidas, em articulação com outras atividades a desenvolver no território.

Aqui assume papel fundamental o Subprograma 3 do PRODER, que também enquadra o apoio a serviços básicos para a população rural, criando emprego em diversas áreas. Contudo, muitos dos profissionais a elas ligadas carecem de formação adequada ao desempenho das suas funções.

A formação, só por si, é claramente insuficiente como instrumento para o emprego por conta de outrem e para a criação do autoemprego. Por um lado, não há nos territórios rurais empregadores que absorvam a mão-de-obra qualificada e, por outro, não estão criadas condições que favoreçam a criação de autoemprego. A criação de emprego em meio rural é um processo difícil e moroso, se tivermos em consideração a falta de mercado local, a ausência de cultura empreendedora, o contexto económico que não favorece o empreendedorismo ou quem acompanhe os potenciais detentores de projetos.

Para que a formação em meio rural resulte e obtenha resultados positivos é necessário reunir condições como oportunidades de emprego ou de atividades que gerem rendimentos.

Assim, a aposta na formação só será positiva se a sua missão for claramente alterada, apostando numa lógica de desenvolvimento territorial. A formação profissional não pode ser estritamente orientada para a componente técnica, deve haver uma forte componente de desenvolvimento pessoal. Só um desenvolvimento mais integrado das pessoas pode formar técnicos e cidadãos com maior capacidade para trabalhar em equipa e capazes de se adaptar às mudanças do presente e do futuro.

Todos teríamos a beneficiar com a implementação de um sistema de formação e acompanhamento mais coordenado e atento às realidades diferenciadas dos territórios rurais, que pudesse orientar e apoiar o empreendedor desde a fase inicial do seu projeto até ao desenvolvimento da sua atividade.

A formação em territórios marcadamente rurais deve ser perspetivada como um instrumento da política de desenvolvimento rural.



Carla Dias

Técnica da ADER-SOUSA
Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa.



Políticas de emprego e formação

A mais-valia da abordagem regional

Num contexto muito difícil, nas nossas regiões todos os dias somos confrontados com algumas das piores dificuldades que podem afligir uma sociedade: os efeitos do desemprego, e em particular do desemprego dos jovens. É preciso dar uma resposta, no sentido que o Presidente do Governo Regional dos Açores apontou às regiões em ocasião da Assembleia-Geral da ARE: «Pensar Regional. Agir Regional. Fazer avançar a Europa». As regiões devem pois assumir um papel inovador nas políticas ativas para o emprego.

As políticas regionais de formação e emprego não são mais eficazes apenas pelo facto de serem regionais.

Procuremos observar mais de perto e ver onde se encontram as dificuldades de atuação de políticas de formação entendidas como políticas

de emprego, e por que razão a abordagem regional pode atenuá-las.

Estas dificuldades têm a ver pelo menos com quatro motivos.

Em primeiro lugar há as dificuldades derivantes do facto de os sistemas de formação e os sistemas de emprego serem assíncronos, não terem uma mesma natureza e nem sequer um mesmo ritmo.

O emprego e a formação são sistemas complexos que dependem de fatores frequentemente separados entre si, de agentes que, na maior parte do tempo, têm agendas diferentes, e de atores que frequentemente desempenham um papel excessivamente solitário.

Os sistemas de emprego são dinâmicos, em permanente movimento. As respostas formativas ao emprego, sobre-

tudo em termos de formação inicial, são, pelo contrário, estáticas: desenvolvem-se, em geral, em tempos prolongados, e constroem-se com base numa análise da realidade captada num determinado momento, mas suscetível de vir a sofrer profundas transformações. Seria portanto aconselhável agir não somente mediante uma permanente adequação às necessidades de competências da economia, mas mesmo antecipando tais necessidades. Isto comporta a posse de instrumentos de vigia estratégica, mais fáceis de construir a um nível regional. Tais instrumentos de vigia são de resto ainda mais aconselháveis por quanto existe um outro factor a ter em conta: mesmo que não se possam controlar acontecimentos exteriores que influenciam o mercado do emprego, tem-se toda a

vantagem em conhecê-los de antemão.

Nesta perspetiva, a dimensão regional pode ajudar a resolver as dificuldades de atuação destas políticas.

A segunda dificuldade deriva do facto de as políticas do emprego e as políticas de formação sofrerem geralmente de um desfasamento importante entre os *ciclos de decisão*, nomeadamente os ciclos eleitorais, e os *ciclos de resultados*: é este desfasamento que uma abordagem regional pode atenuar. O *tempo da ação pública* não coincide com o *tempo dos resultados*.

Minimizar este desfasamento implica aperceber-se mais cedo da realidade e das necessidades, decidir e agir mais rapidamente, e levar os atores a uma mais intensa interação.

É por isto que, frequentemente, a *cadeia de decisão*, a *cadeia de perceção* e os *mecanismos de ação* são mais curtos e mais eficazes a nível regional.

A terceira dificuldade nasce da articulação entre políticas.

As políticas de formação e de emprego devem ser articuladas, em primeiro lugar entre si, e devem fazer umas incursões nos mundos da economia, do social e da educação. Trata-se de articulações que resulta mais fácil instituir a nível regional do que a nível nacional, dado que as políticas regionais de formação profissional são concebidas muito mais como *políticas de influência* de

projetos de desenvolvimento regional do que como *políticas de ajustamento* de outras políticas (especialmente económicas, sociais e educativas). As políticas devem estar intimamente ligadas e devem ser concebidas não em consequência das definições do projeto de desenvolvimento, mas em interação com as outras dimensões do projeto regional.

A atuação e a condução de políticas de emprego e de formação devem permitir a conjugação entre uma *centralização estratégica* em fase de conceção e de pilotagem das ações, e uma *descentralização operativa* em fase de execução. Ao nível regional pode-se mesmo mais facilmente imaginar uma única estrutura de pilotagem destas políticas, embora se possam distinguir diversos agentes relativamente a cada uma das medidas delas derivantes.

A quarta dificuldade diz respeito à adesão das pessoas. As medidas decorrentes das políticas de formação e de emprego talvez sejam, no campo das políticas públicas, aquelas que precisam do mais alto grau de adesão individual e coletiva: não se podem desenvolver políticas de emprego baseadas na aquisição de competências se não houver adesão individual a um processo de formação, e adesão coletiva a um projeto de desenvolvimento. É necessário alcançar o grande público e cada um em separado. A dimensão regional, também aqui, tem mais facilidade em transmitir à opinião pública o que está em jogo quando se fala de qualificação para o emprego, pois a abordagem regional comporta uma maior proximidade. Mais são as pessoas que lhes estão associadas, mais as políticas são eficazes.

As políticas de formação profissional e de emprego, estruturadas como políticas regionais, podem revelar uma grande eficácia transformando-se em políticas centrais no projecto regional de desenvolvimento.



Rui Bettencourt

Diretor Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor.



Educação, formação e desenvolvimento local

A ideia de modernidade foi sendo construída sobre a convicção generalizada da necessidade de garantir políticas públicas de educação e formação que possibilitassem a todas as pessoas a aquisição de saberes para o desempenho dos mais diversos papéis sociais. Se era evidente que o trabalho se passou a constituir como principal organizador dos tempos de vida e se a emergência progressiva de ideais de igualdade e de democracia representativa e participativa vieram apelar a outros níveis de envolvimento social, a crescente complexificação destas atribuições cidadãs elevou a necessidade e o entendimento de educação a patamares muito diversos do seu sentido tradicional.

À entrada do terceiro quartel do século XX passou a consensualizar-se o conceito de uma educação que, por razões

epistemológicas, tecnológicas, profissionais e culturais, se deveria estender ao longo de toda a vida e alargar-se a todos os seus espaços. Na verdade, a contínua e acelerada produção de conhecimento, a permanente transformação das técnicas e das atividades profissionais e a dimensão das heranças culturais demonstravam a impossibilidade das práticas educativas se fechassem, exclusivamente, dentro de organizações específicas e tempos bem determinados.

Ainda que à Escola se passasse a exigir que envolvesse todas as crianças e todos os adolescentes por muito mais tempo, ensinando-lhes mais coisas, seria sempre inevitável que se entendessem como educativas todas as experiências de vida, sendo certo que elas seriam tão mais significativas e transformadoras, quanto mais diversificadas,

desafiantes e mobilizadoras se fossem tornando. Assim, tanto como defender a existência de organizações educativas de qualidade, necessitávamos de garantir contextos de vida mais participados e solidários, convocadores do envolvimento de todos na construção de uma cidadania informada e ativa, a começar pelas comunidades de maior vizinhança, visando, igualmente, a construção de modelos produtivos que apelassem à mobilização de dimensões mais intelectuais.

Foi-se, então, sedimentando a ideia de cidade educadora, construída sobre o princípio de aceitação pacífica, segundo o qual as diferentes comunidades organizadas deveriam assumir uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo principal deverá ser a formação, promoção e desenvolvimento de todos os habitantes, construindo, desta

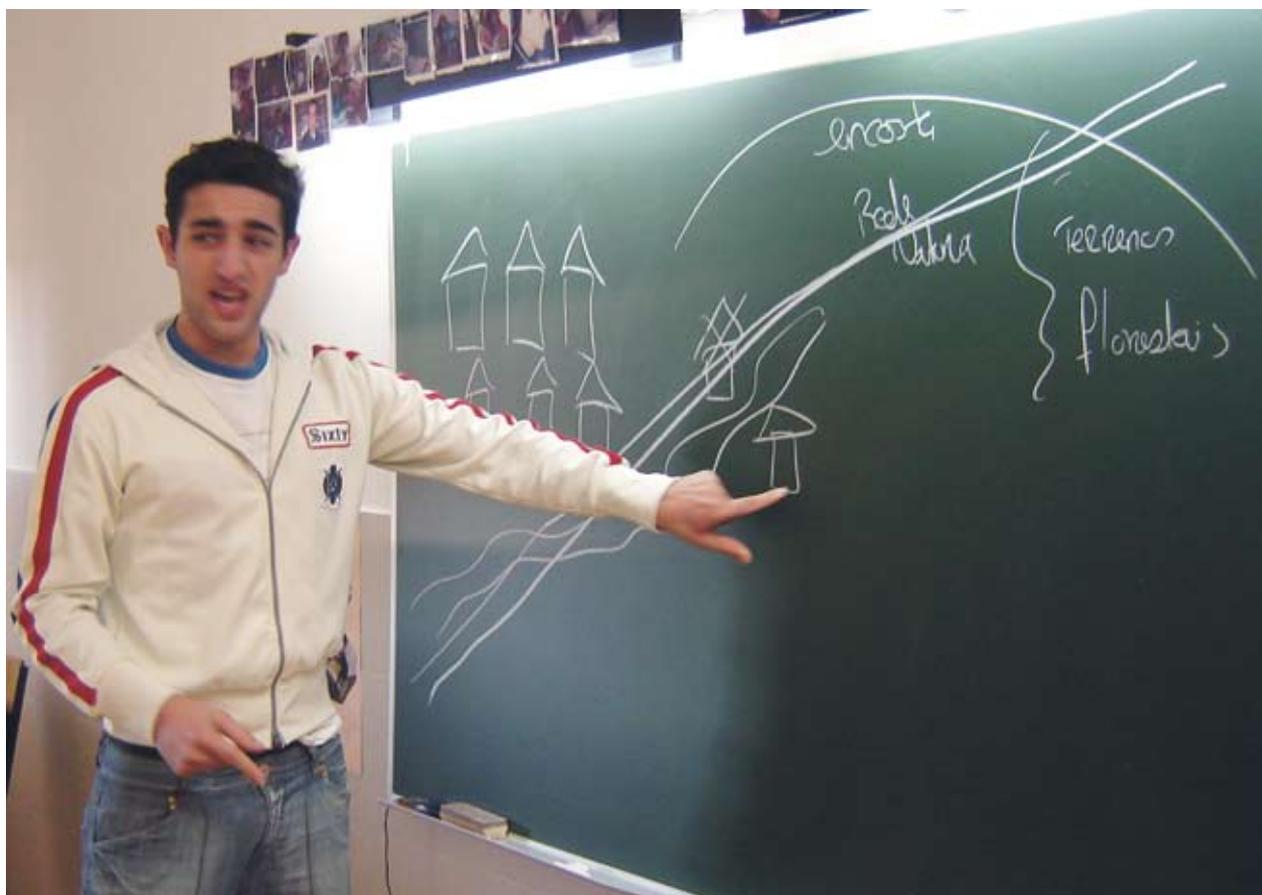
forma, contextos verdadeiramente educadores.

Se não apresenta qualquer dificuldade aceitar como obrigatório o exercício da cidadania, da autonomia e da liberdade, para se ser cidadão ativo, autónomo e livre, se tem sido sublinhada a importância da experiência como base para uma ação, nomeadamente profissional, mais eficaz e se o desenvolvimento e as aprendizagens dependem da quantidade e da qualidade das experiências e das condições socioculturais ao longo da vida, então, passou a ser necessário reivindicar uma responsabilidade educadora para as comunidades e a sociedade, exigindo-lhe que reconheça, exercite e desenvolva, permanentemente, além das suas funções tradicionais (económica, social, política e de prestação de serviços), uma função de criação e partilha generalizada de conhecimento.

Mais do que pensar a educação como um problema de eficácia escolar, há necessidade de se repensar a educação com o objetivo de proporcionar uma formação mais ligada aos processos de desenvolvimento, garantindo, assim, maior capacidade de transformação, a partir das características de cada território e proporcionando, em simultâneo, melhor qualidade de vida às pessoas da comunidade que o integram.

Uma tal ideia obriga a reforçar o entendimento do território como possibilidade de espaço educativo, ou, dito de outra forma, como meio envolvente, agente e conteúdo da educação, permitindo a todas as pessoas que nele interagem uma capacidade de interpeção que deverá constituir o único fator limitativo da construção do bem-estar comum.

Gerou-se, desta forma, uma ideia orientadora e mobili-



zadora, que foi fazendo o seu percurso rumo a uma aceitação progressivamente generalizada: é ao nível local, na identidade e potencialidades de um território e no projeto de desenvolvimento que as pessoas que o integram forem capazes de construir, que a educação e a formação ganham verdadeiro sentido (cf. figura)!

este desenvolvimento obriga a uma integração de diversas componentes, apelando a um equilíbrio constante entre as dimensões económica, social e cultural.

Continuamos a necessitar de políticas públicas de educação e formação e de promoção de desenvolvimento integrado! Precisamos, como é natu-

recursos educativos se preparem de forma a responder a estas necessidades. Nos dias de hoje, continua a ser indispensável garantir diplomas e formações específicas para o trabalho, mas temos que perceber que essas atividades são cada vez menos previsíveis, sendo, por isso, igualmente, indispensável ajudar todas as

educação que se deve traduzir por objetivos que priorizem, para além da garantia de saberes básicos e específicos, a promoção do desenvolvimento cognitivo dos educandos, o fomento de atitudes e valores de exercício de cidadania e a criação de condições propícias para o desenvolvimento afetivo, da criatividade e da inovação.

Para que tudo isto seja possível, urge articular as políticas, as práticas sociais, culturais, desportivas, comunitárias e empresariais e os projetos educativos das escolas e centros de formação, num projeto educativo local alargado e integrado que envolva, numa interdependência mutuamente enriquecedora, as dimensões de educação e formação e de desenvolvimento económico, social e cultural. Neste movimento ascensional de *empowerment* assume papel de especial centralidade todo o movimento cooperativo e associativo, com especial responsabilidade para as associações de desenvolvimento local. É destas que se deve esperar o impulso decisivo para a promoção destes processos integrados e sustentáveis de desenvolvimento, baseados numa articulação com um projeto educativo de base territorial que lhes dê consistência e orientação.

Mas este é, também, na atualidade, um dos desafios mais importantes que se colocam aos municípios e às comunidades intermunicipais.

Não sendo, propriamente, a primeira vez que o poder local é convocado para assumir um papel mais ativo na execução de políticas de educação, tendo já responsabilidades muito significativas no âmbito da gestão da rede escolar e responsabilidades efetivas no desenvolvimento do ensino pré-escolar e do ensino básico, o que hoje se lhes pede tem uma dimensão muito mais alargada.

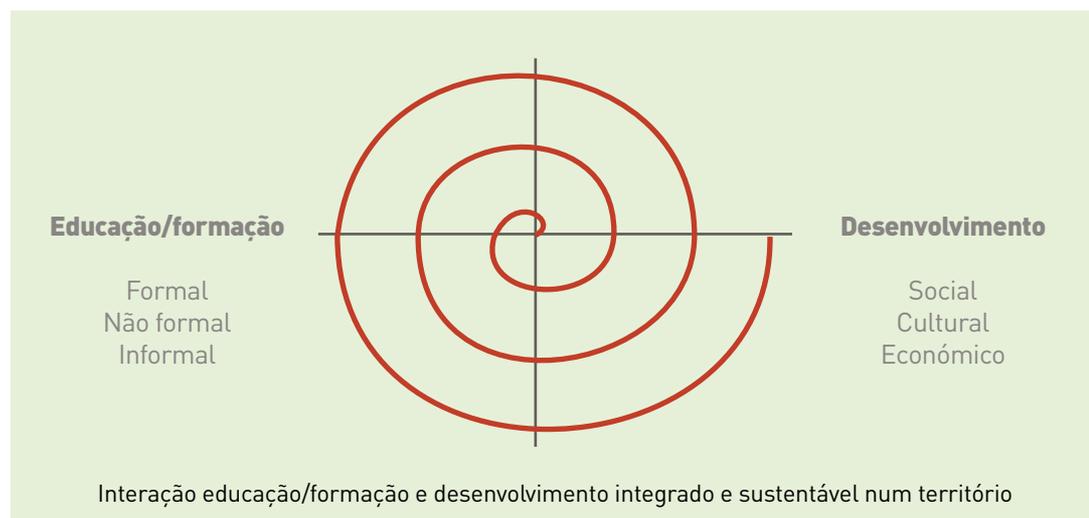
Aos municípios e às Associações de Desenvolvimento Local, bem como aos seus parceiros socioeconómicos e do movimento associativo e cooperativo, coloca-se hoje a missão de associar a educação e o desenvolvimento integrado, num projeto articulado que possa antever um futuro de bem-estar comum, prevendo todos os recursos e os procedimentos para o alcançar.

É este o repto a que todos temos que começar a responder de imediato!



Luís Alcoforado

Doutor em Ciências da Educação, Professor auxiliar de Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.



O grande desafio deste projeto de desenvolvimento local, cujo objetivo cardinal se deve centrar na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na promoção da sua participação plena, é que ele possa ser, em simultâneo, sustentável e integrado. Sustentável porque contribui decisivamente para a melhoria da economia local, do emprego, do reforço da inclusão social, da vitalidade das organizações democráticas e para a fixação de todos/as os/as habitantes; por outro lado, como se torna evidente,

ral, de dinâmicas ajustadas a esse desenvolvimento, provenientes das diversas instituições da sociedade civil, facilitadas pelas políticas referidas. Mas temos que procurar, principalmente, que estas políticas e estas dinâmicas possam originar uma mobilização de “baixo para cima” de todos/as os/as cidadãos/ãs e das comunidades no seu todo, tornando-os/as mais capazes de participar e dirigir o processo de desenvolvimento.

É, então, cada vez mais necessário que a educação e os

recursos educativos se preparem de forma a responder a estas necessidades. Nos dias de hoje, continua a ser indispensável garantir diplomas e formações específicas para o trabalho, mas temos que perceber que essas atividades são cada vez menos previsíveis, sendo, por isso, igualmente, indispensável ajudar todas as

recursos educativos se preparem de forma a responder a estas necessidades. Nos dias de hoje, continua a ser indispensável garantir diplomas e formações específicas para o trabalho, mas temos que perceber que essas atividades são cada vez menos previsíveis, sendo, por isso, igualmente, indispensável ajudar todas as

ROTA DA CORTIÇA, MAIS DO QUE UM PERCURSO, UMA HISTÓRIA

► Património ► Natureza ► Vida Rural ► Tradição ► Inovação ► Conhecimento ◻



A cortiça é o fio condutor de uma viagem que convida à descoberta dos mistérios da relação ancestral entre o Homem e o Sobreiro.

O itinerário desenvolve-se em seis polos temáticos – Património, Natureza, Vida Rural, Tradição, Inovação e Conhecimento – que dão a conhecer toda a fileira da cortiça, dos sobreirais às fábricas.

Percorrendo os caminhos da Rota da Cortiça em São Brás de Alportel, experimen-

te sabores e sensações de um outro Algarve.

A visita tem início no **1 Museu do Trajo de São Brás de Alportel**, onde se pode encontrar uma sala que apresenta alguns dos processos ligados à preparação e transformação da cortiça, concebida, com apoio LEADER. Aqui poderá ter uma panorâmica geral da rota e de toda a cultura que lhe está associada.

Segue-se um breve passeio pelo centro histórico da vila. Não deixe de entrar no espaço

cultural Zem Arte – instalado numa antiga fábrica de cortiça, cuja recuperação foi apoiada pelo LEADER – e na Igreja de Parises para admirar o seu interior em cortiça.

Descubra a herança cultural algarvia presente na arquitetura, na paisagem e nas tradições. Os ecos do passado ainda ressoam nas antigas ruelas, com as suas casas tradicionais do período áureo da cortiça, quando São Brás de Alportel era um dos principais centros da atividade corticeira do país.

A caminho da **4 Serra do Caldeirão**, ao encontro dos sobreirais e das pilhas de cortiça, “abraça” a Natureza... Desfrute da paisagem, respire o ar puro, ouça o chilrear dos pássaros e trilhe os caminhos antigos, integrados na Rede Natura 2000, na esperança de avistar a águia de Bonelli ou mesmo o raríssimo lince ibérico.

Neste cenário natural – o admirável mundo da cortiça – poderá assistir ao descorticação e empilhamento da cortiça (durante os meses de verão).

Com sobreirais a perder de vista, redescubra os costumes antigos do Algarve rural. Pare nas aldeias do **3 Barrocal**, com as suas hortas e pomares de sequeiro, e troque dois dedos de conversa com as gentes locais entregues às suas tarefas diárias.

Delicie-se com o mel, a aguardente, os licores e os doces que tão bem incorporam as flores, as bagas da serra e os frutos secos do pomar: alfarrobas, figos e amêndoas.

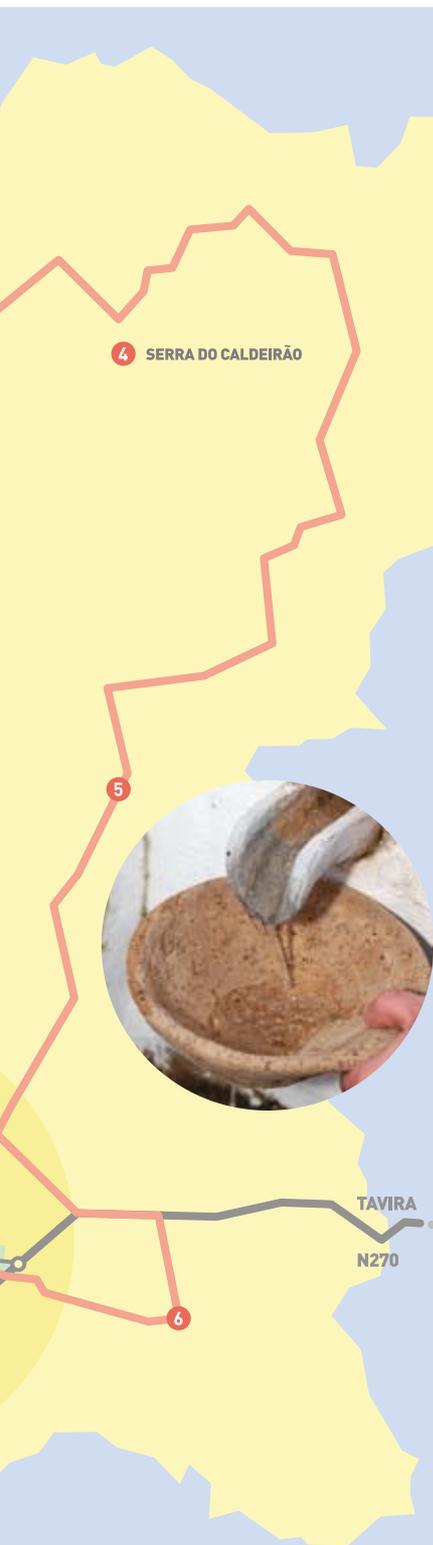
Em pleno barrocal algarvio, a dois quilómetros da vila de São Brás de Alportel, o Rocha da Gralheira (apoiado pelo LEADER), além das magníficas vistas panorâmicas, oferece uma excelente cozinha regional.

No regresso, entregue-se gulosamente à doçaria típica algarvia de Fátima Galego, situada no sítio do Tesoureiro. Bolinhos de alfarroba, amêndoa, figo e milho e licor de



alfarroba, são algumas das especialidades desta guardiã de tesouros doces, beneficiária do LEADER.

Retomando a fileira da cortiça, a rota convida-o a conhecer algumas **5 fábricas** de



visitantes para a salvaguarda e valorização do sobreiral e de toda a fileira da cortiça.

O projeto, que começou a ser traçado em 2006, com a elaboração de uma candidatura ao PROAlgarve, agrupando um conjunto diversificado de entidades da região – entre as quais a Associação IN LOCO – nasceu em agosto de 2008.

A IN LOCO, a autarquia de São Brás de Alportel, a Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça (AIEC-Sul), a Associação de Agricultores de São Brás de Alportel, a Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão, a Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel e a Região de Turismo do Algarve (RTA) compõem a Associação Rota da Cortiça que gere a Rota.

A Associação Rota da Cortiça assenta na ideia de um espaço patrimonial temático, onde a identidade e autenticidade são assumidas como princípios fundamentais. O objetivo é dar uma alternativa à oferta turística de “sol e praia” do Algarve, através de um produto turístico inovador, que constitui uma mais-valia para o turismo de interior (Barrocal e serra algarvia – zonas de baixa densidade) e fomento das atividades locais, e valoriza práticas sustentáveis ligadas à natureza.

Procurando mostrar o Algarve sustentável, ligado à natureza e às tradições, demonstrando a interligação secular entre o homem o sobreiro, a Rota da Cortiça pretende igualmente combater a sazonalidade turística da região.

Complementando as visitas com um diversificado

conjunto de atividades extra, como *workshops* de artesanato, passeios pedestres, equestres e BTT, observação de aves, *team building*, a Rota da Cortiça aposta também na realização de parcerias com outras entidades da região, como unidades hoteleiras e de restauração, e empresas de animação turística, conseguindo manter a sua sustentabilidade económica.

Parceira fundadora do projeto, tendo assumido a coordenação dos trabalhos de conceção e desenho da rota, acompanhando ativamente toda a fase de implementação da mesma no terreno, a IN LOCO é uma das entidades fortemente associadas ao projeto, sendo responsável pelo polo do Conhecimento.

Para a IN LOCO, estes itinerários articulam com um tema unificador recursos endógenos que foram, frequentemente, alvo de um trabalho de valorização onde se destaca o programa LEADER, enquanto excelente ferramenta de desenvolvimento rural.

Porque há toda uma vida que se constrói à volta da cortiça. Um mundo repleto de histórias, de pessoas, de lugares e de modos de vida...

A Rota da Cortiça não é só um percurso... É toda uma herança e história cultural e industrial de um concelho a descobrir... Visite a Rota da Cortiça!

o setor corticeiro, termine o percurso no **2 Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável** (apoiado pelo programa LEADER), onde poderá consultar documentação especializada e participar em debates e atividades de caráter pedagógico e cultural sobre a temática da cortiça.

A rota da cortiça oferece ainda itinerários diversos à medida do visitante; uns aliando as emoções fortes dos desportos radicais à vertente formativa; outros privilegiando a ligação entre a cortiça e a história patrimonial da região.

Existe também um circuito destinado ao público escolar (do 1.º e 2.º ciclos), com aprendizagem e emoção garantidas, e um itinerário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.

Em qualquer das opções, as atividades oferecidas aos visitantes são diversificadas, incluindo ateliês de expressão plástica para os mais novos, observação de aves, identificação de plantas aromáticas e medicinais, percursos pedestres, *workshops* de trabalhos em cortiça com artesãos locais, plantação de sobreiros e incursões a destilarias de aguardente de medronho.

Através destes percursos guiados e interpretados pretende-se sensibilizar os



preparação e transformação da cortiça, onde ainda se utilizam máquinas rudimentares na produção de rolhas.

E se nalgumas fábricas ainda se trabalha à maneira de antigamente, noutras ensaiam-se **6 processos de laboração mais eficazes**, procurando novas aplicações para a cortiça. Numa visão renovada pela ciência e tecnologia, produzem-se discos para rolhas do champante e experimentam-se novas aplicações da cortiça no design e nos acessórios de moda.

Se quiser aprofundar os seus conhecimentos sobre



ENTIDADE GESTORA DA ROTA

Associação Rota da Cortiça
Rua Gago Coutinho, n.º 18
8150-151 São Brás de Alportel

T. +351 289 840 018
T. +351 960 070 806
F. +351 289 842 455

www.rotadacortica.pt
info@rotadacortica.pt



Cooperativa Apícola da Ilha do Pico

“A ADELIAÇOR possibilitou que esta formação se realizasse, trazendo cá um especialista na área, com o Programa LEADER”

Martins Pereira da Silva, apicultor e membro da direção da Cooperativa Apícola da Ilha do Pico

O projeto “Acompanhar para Formar”, apoiado pelo LEADER+, consistiu numa formação destinada aos apicultores das ilhas do Pico e Faial, realizada pela ADELIAÇOR em parceria com a Direção Regional de Desenvolvimento Agrário do Governo dos Açores. Teve como objetivo dar a conhecer aos apicultores dessas ilhas as condições de produção conformes às regras comunitárias, visando a revitalização da produção e a certificação do produto.

A formação veio impulsionar a atividade apícola no território, que havia perdido importância económica nos últimos anos. Apesar desta formação se destinar aos apicultores já em atividade participaram também alguns jovens que pretendiam iniciar a produção apícola.

Esta iniciativa contou com a presença de um técnico-formador e apicultor profissional que acompanhou os dois grupos de trabalho constituídos, com 17 participantes na ilha do Pico e 16 na ilha do Faial.

As condições de flora existentes nos Açores, e em particular nas ilhas do Pico e Faial, potenciam a produção de um mel obtido principalmente a partir dos néctares de incenso e de diversas outras plantas autóctones. O mel de incenso produzido na ilha do Pico é detentor de Denominação de Origem Protegida, sendo um *ex libris* da ilha.

| | |
|----------------------------|-------------------------------|
| Localização | Ilhas do Pico e Faial, Açores |
| Data da candidatura | 2004 |
| Investimento total | 17.000,00 EUR |
| Comparticipação LEADER | 74% |
| Postos de trabalho criados | 0 |



Quinta dos Trevos

“A ADRACES foi muito importante porque acreditaram no projeto e, através do LEADER, conseguimos construir os primeiros ateliês”

João Ludgero Moreira dos Santos, Quinta dos Trevos

Maria Celso Herrero e João Ludgero Moreira, apesar das suas origens cosmopolitas, sentiam uma necessidade natural de viver no campo. A ideia inicial foi criar um conjunto de oficinas artesanais em que pudessem produzir produtos inovadores com técnicas e materiais tradicionais. As matérias-primas usadas para a criação de peças de artesanato únicas são o linho, o ferro e a madeira.

Com a ajuda da ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul desenvolveram o projeto através da candidatura ao LEADER. Numa primeira fase, obtiveram apoio para a aquisição de equipamentos e maquinaria necessários para duas oficinas (tecelagem/fiação tradicional e contemporânea; e madeira/restauro). Posteriormente, foram também apoiados para criar uma oficina do ferro, construir um espaço para exposição e venda e melhorar o exterior da propriedade. O apoio LEADER permitiu-lhes participar em alguns encontros e feiras para divulgar a sua arte. Desta forma, outros ofícios artesanais ganharam destaque, nomeadamente a produção de velas de cera de abelha ou parafina e a produção artesanal de papel.

A Quinta dos Trevos partilha estes saberes tradicionais através de *workshops* de papel, de restauro de móveis antigos ou cursos de tratador de cavalos. Atualmente organizam ainda cursos para os mais pequenos, numa vertente essencialmente pedagógica.

<http://www.quintadostrevos.com>

| | |
|----------------------------|---------------|
| Localização | Idanha-a-Nova |
| Data da candidatura | 1993/1998 |
| Investimento total | 37.749,00 EUR |
| Comparticipação LEADER | 58% |
| Postos de trabalho criados | 1 |



Quinta da Caravela

“O papel da ADERES foi fundamental, com um apoio financeiro inicial do LEADER e do ponto de vista jurídico, técnico e de aconselhamento”

Carlos Manuel Ricardo, Quinta da Caravela

Foi na região da Talisca, mais precisamente na freguesia de Paúl, que há 10 anos nasceu um projeto ligado à agricultura biológica, ecoturismo e ambiente, chamado Quinta da Caravela.

O projeto visa a produção e comercialização de produtos alimentares biológicos à base de derivados de soja e oleaginosas, como amêndoa, avelã e outros. Farinhas, chouriços e queijo de soja, bem como manteiga de oleaginosas – amêndoa, sésamo e avelã, são algumas das especialidades produzidas na Quinta da Caravela.

A agricultura biológica, que está na raiz deste projeto, caracteriza-se pelo respeito e afirmação dos ciclos naturais, nomeadamente no funcionamento do ecossistema agrário, recorrendo a práticas como rotações de culturas, adubos verdes e a luta biológica contra pragas e doenças que afetam as culturas. Também não existem produtos químicos no transporte, armazenamento, transformação e embalagem. Mesmo com custos mais elevados, a receptividade a estes produtos é positiva, devido à sua qualidade.

Mais recentemente, os promotores viram aprovado um outro projeto LEADER, também com o apoio da ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, destinado a aumentar a capacidade produtiva, que se encontrava já esgotada. Em simultâneo, potenciou-se a criação de novos postos de trabalho.

| | |
|----------------------------|----------------|
| Localização | Paúl |
| Data da candidatura | 2002/2011 |
| Investimento total | 301.220,00 EUR |
| Comparticipação LEADER | 50% |
| Postos de trabalho criados | 5 |